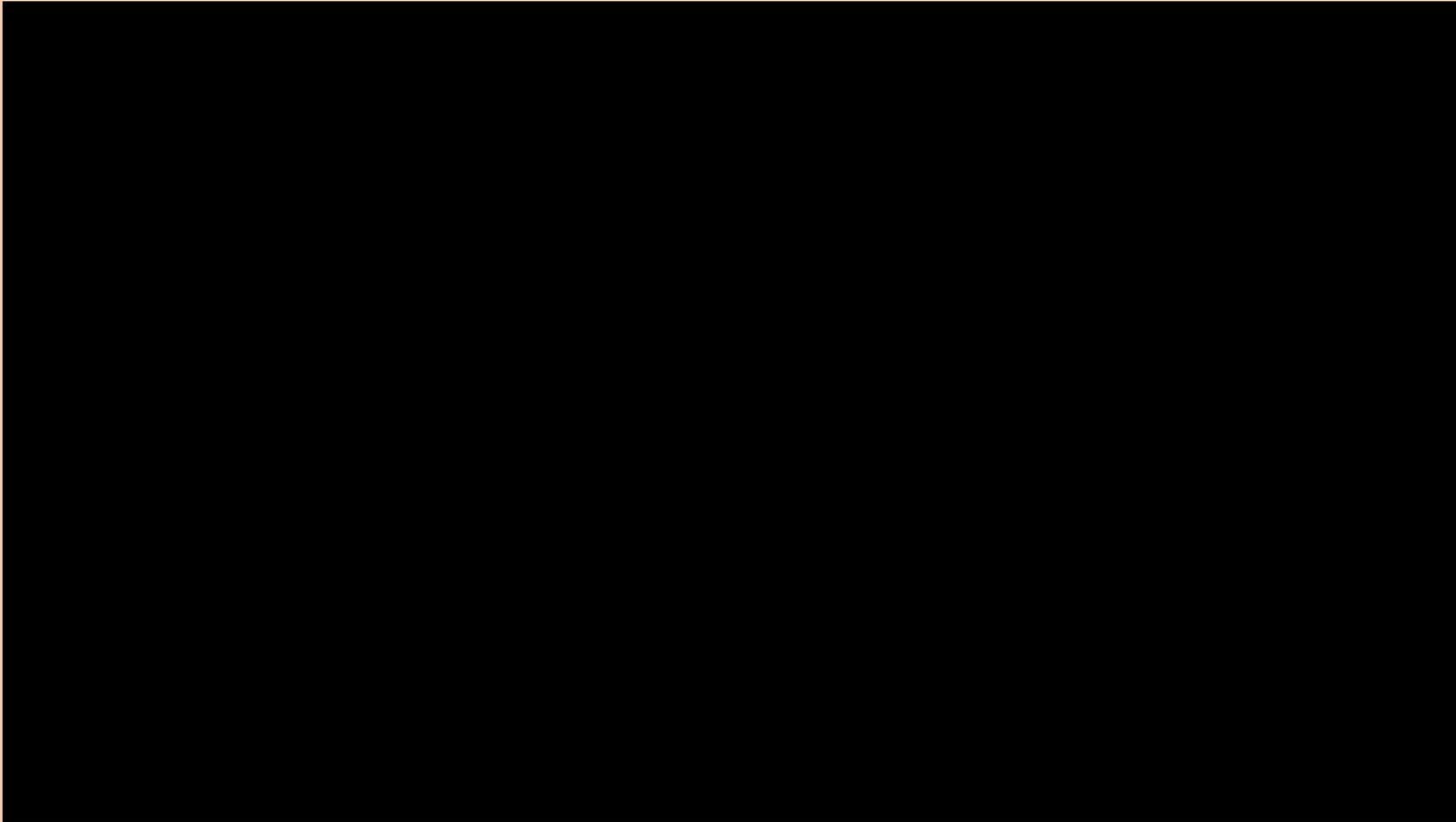




Reforma Tributária Solidária

“A Reforma Tributária Necessária”

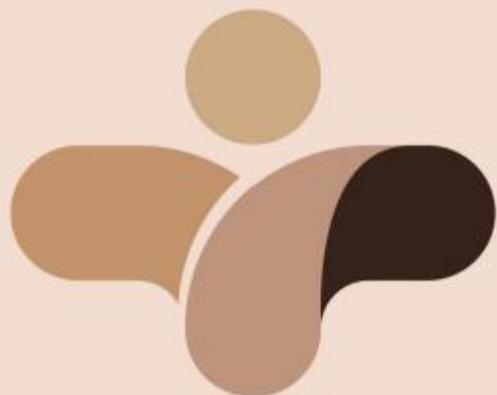
Charles Alcantara



***Eduardo Moreira, ex-sócio do Banco Pactual e, atualmente,
sócio-fundador do banco Brasil Plural.
Trecho de entrevista concedida ao jornalista Augusto Nunes, na
Jovem Pan.***

Movimento

REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA, MENOS DESIGUALDADE, MAIS BRASIL



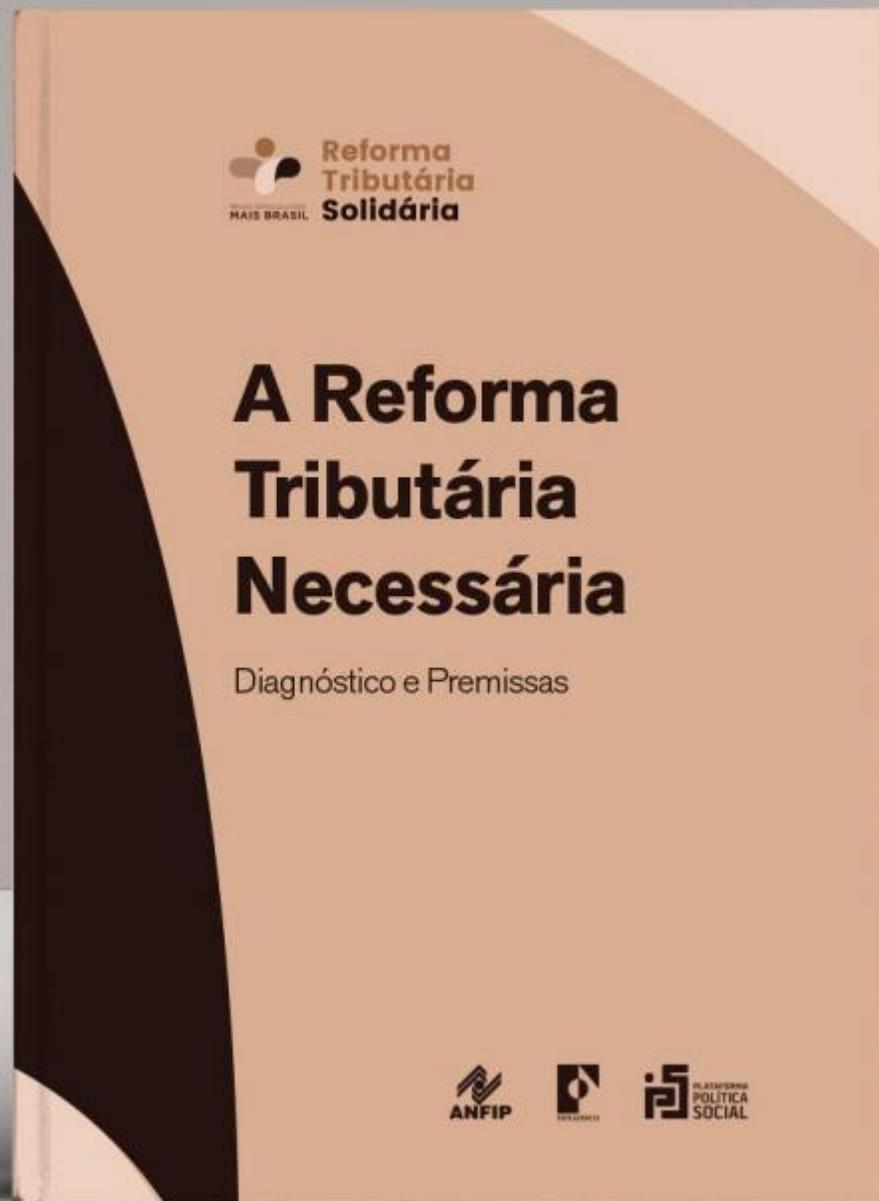
MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

Iniciado em meados de 2017

Reúne mais de quarenta especialistas

- ***A Reforma Tributária Necessária:***
Diagnóstico e Premissas | Junho de 2018
- ***A Reforma Tributária Necessária:***
Menos desigualdade: Novo Desenho da Tributação Brasileira | Setembro de 2018.





Movimento

REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA, MENOS DESIGUALDADE, MAIS BRASIL



39 artigos

42 especialistas

804 páginas

Diagnóstico e Premissas

NOVOS RUMOS DO DEBATE SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Em última instância, esta iniciativa é um **convite para um debate amplo, plural e democrático** em torno da tributação brasileira.

Mais especificamente, seu propósito é **abrir novos rumos para o debate com a sociedade**, o caminho natural das democracias para se chegar a consensos sobre temas de interesse coletivo.

O que diferencia a nossa proposta das outras em debate

Nas últimas três décadas a **Reforma Tributária** passou a ser sinônimo de **“simplificação”**, o que é inaceitável num País desigual como o Brasil, porque essa visão simplista, **não enfrenta o essencial (injustiça tributária) e destrói o Estado Social (principal instrumento de redução da desigualdade de renda no Brasil).**

A SIMPLIFICAÇÃO: INSUFICIENTE, MAS NECESSÁRIA, FOI TAMBÉM CONTEMPLADA NESTE ESTUDO.

O tema da complexidade da tributação foi contemplado neste estudo, mas como uma das partes de um projeto bem mais amplo de transformação.

SIMPLIFICAÇÃO : UMA VELHA TESE REVISITADA.

A “eficiência econômica” também requer combate às desigualdades sociais

A visão de que a desigualdade da renda é prejudicial para o crescimento e para a eficiência da economia tem sido respaldada por importantes atores globais como, por exemplo, a Oxfam Internacional e organismos como o Banco Mundial, o FMI e a CEPAL.

Christine Lagarde, Diretora-Geral do FMI:

“Reduzir a desigualdade excessiva (...) não é apenas correto do ponto de vista moral e político, mas é um bom princípio econômico”.

CEPAL:

“A mensagem central é que a desigualdade implica grandes custos de eficiência, o que redundaria em que sua superação seja uma condição necessária para o desenvolvimento. As políticas a favor da igualdade não só produzem efeitos positivos em termos de bem-estar social, mas também contribuem para gerar um sistema econômico mais favorável para a aprendizagem, a inovação e o aumento da produtividade”.

O relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado em 2018 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) aponta que, em **relação a 180 nações, o Brasil é o nono País mais desigual do mundo de acordo com o coeficiente de Gini.**

Trabalhos do *World Wealth and Income Database*, dirigido por Thomas Piketty – realizados com dados de pesquisas domiciliares e com as informações das declarações do imposto de renda revelam que no quesito desigualdade da renda, **o Brasil é vice-campeão mundial num ranking liderado pela África do Sul.**

A desigualdade de renda é o aspecto mais pungente das disparidades sociais brasileiras. **Entretanto, há muitas outras disparidades, que estão por toda a parte**

O que diferencia a nossa proposta das outras em debate

É necessário que a reforma tributária seja ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias, e deve ser pensada na perspectiva do desenvolvimento.

É necessário combater a desigualdade pela **tributação progressiva e fortalecimento do Estado Social**.

Nesse sentido, recomendam-se **oito premissas** orientadoras da Reforma Tributária brasileira, apresentadas a seguir.

Premissas

1. A reforma do sistema tributário nacional deve ser pensada na perspectiva do desenvolvimento.
2. A reforma deve estar adequada ao propósito de fortalecer o Estado de Bem-estar Social, em função do seu potencial como instrumento de redução das desigualdades sociais e promotor do desenvolvimento nacional.
3. A reforma deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela ampliação da tributação que incide sobre a renda e o patrimônio
4. A reforma deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela redução da tributação que incide sobre o consumo.
5. A reforma deve preservar e fortalecer as bases do equilíbrio federativo.
6. A reforma deve considerar a tributação ambiental.
7. A reforma deve aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional.
8. A reforma deve fomentar ações que resultem no aumento das receitas, sem aumentar impostos.

Premissas

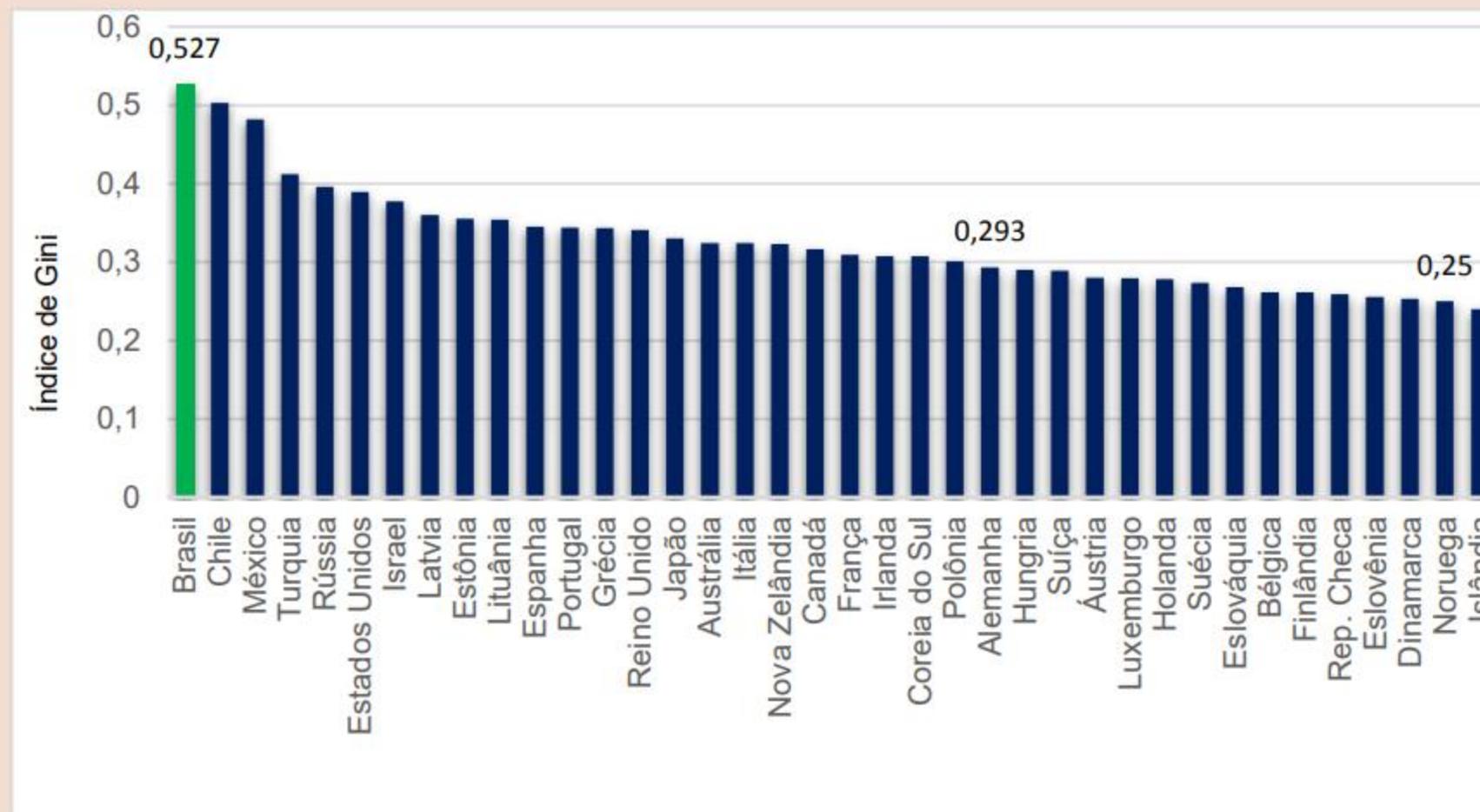
- 1** A reforma do sistema tributário nacional deve ser pensada na perspectiva do **desenvolvimento econômico e social** do país.



Países capitalistas relativamente menos desiguais:

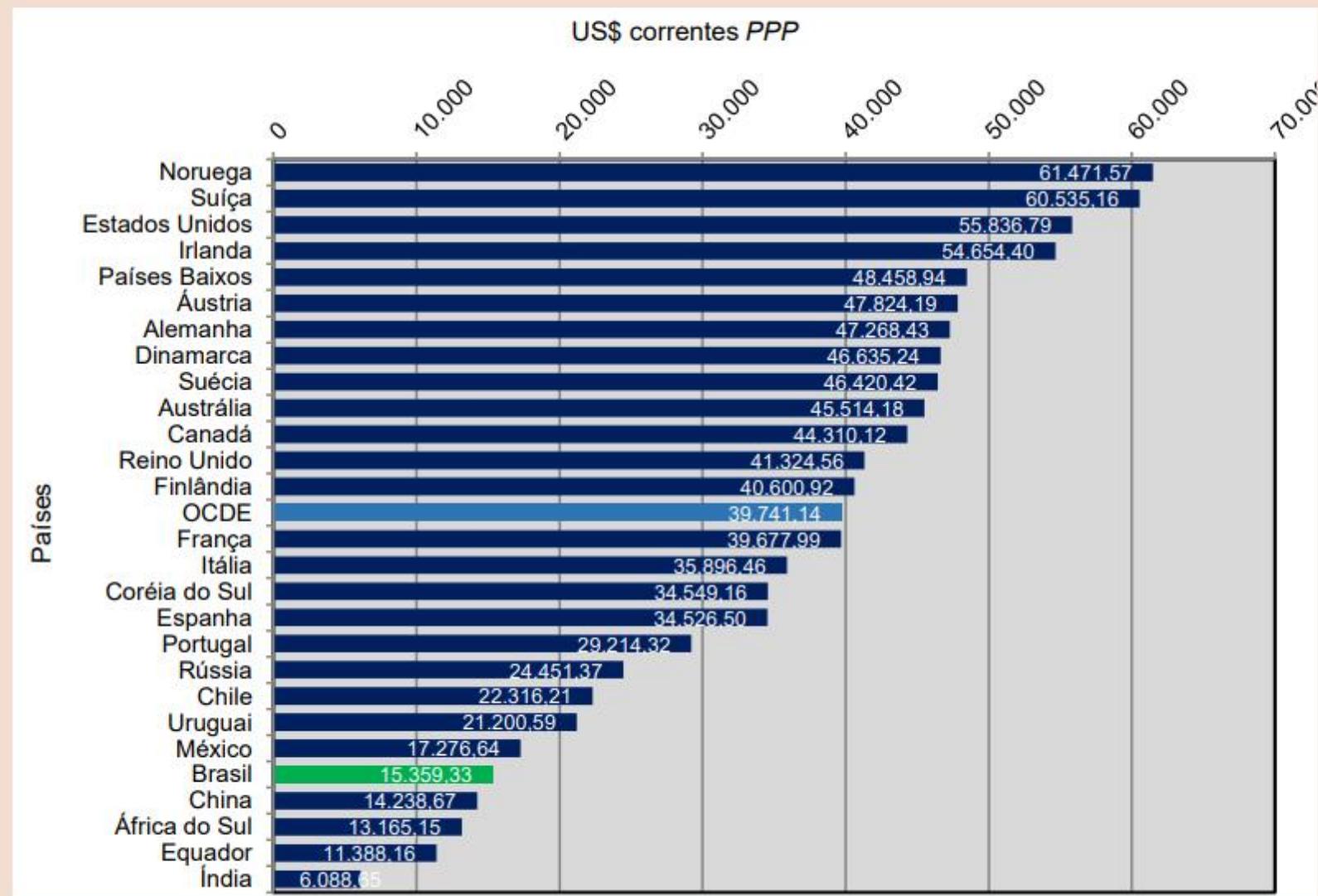
- **Melhores indicadores sociais e econômicos**
- Combinaram **tributação progressiva e Estado de Bem-Estar Social**, base de seus projetos de desenvolvimento

FIGURA 10 – ÍNDICE DE GINI
BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS
2013



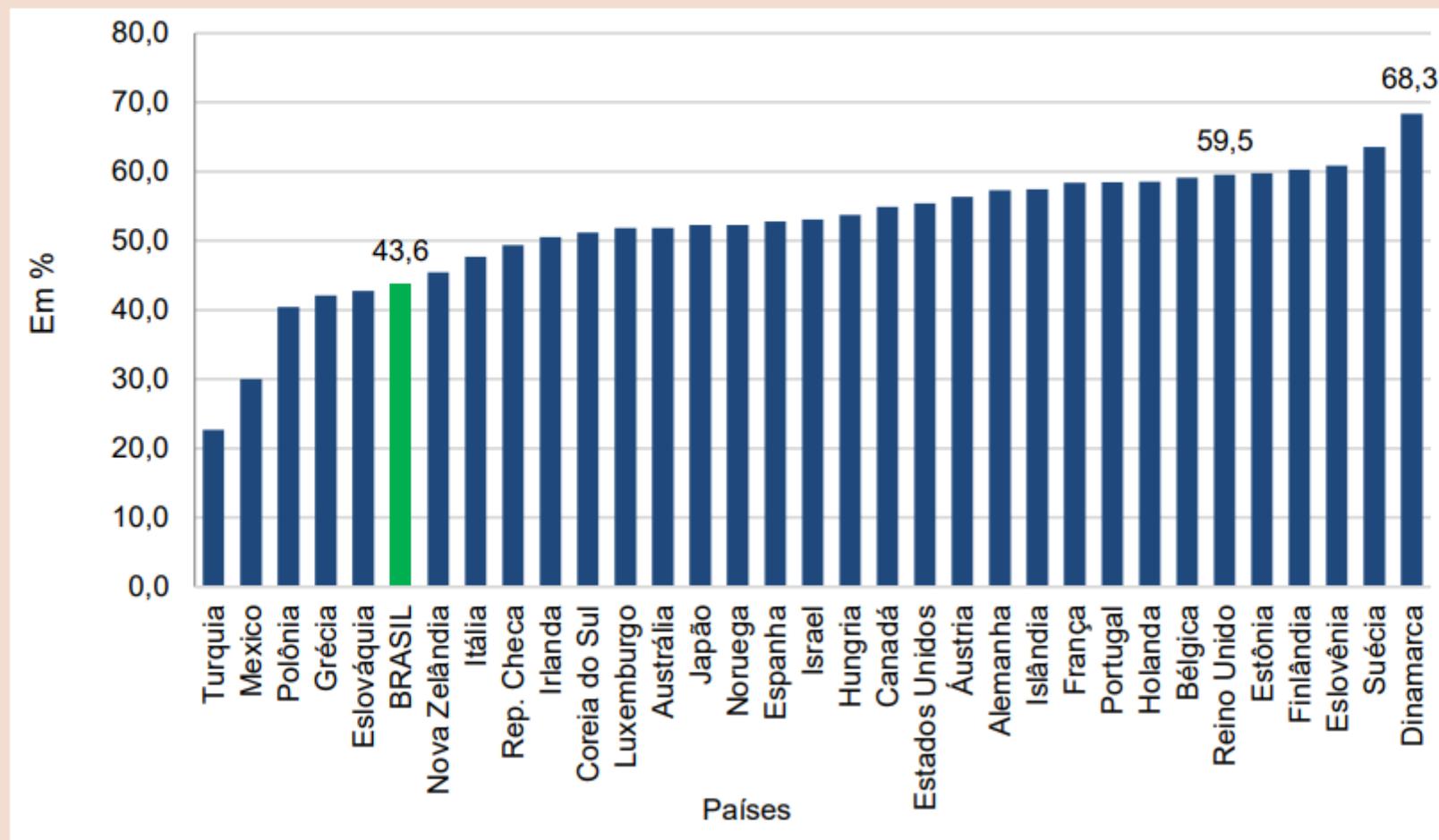
Fonte: OECDStat e Ipea. Anfp e Dieese (2017).

FIGURA 11 – PIB PER CAPITA
EM US\$ CORRENTES PPP
BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS
2015



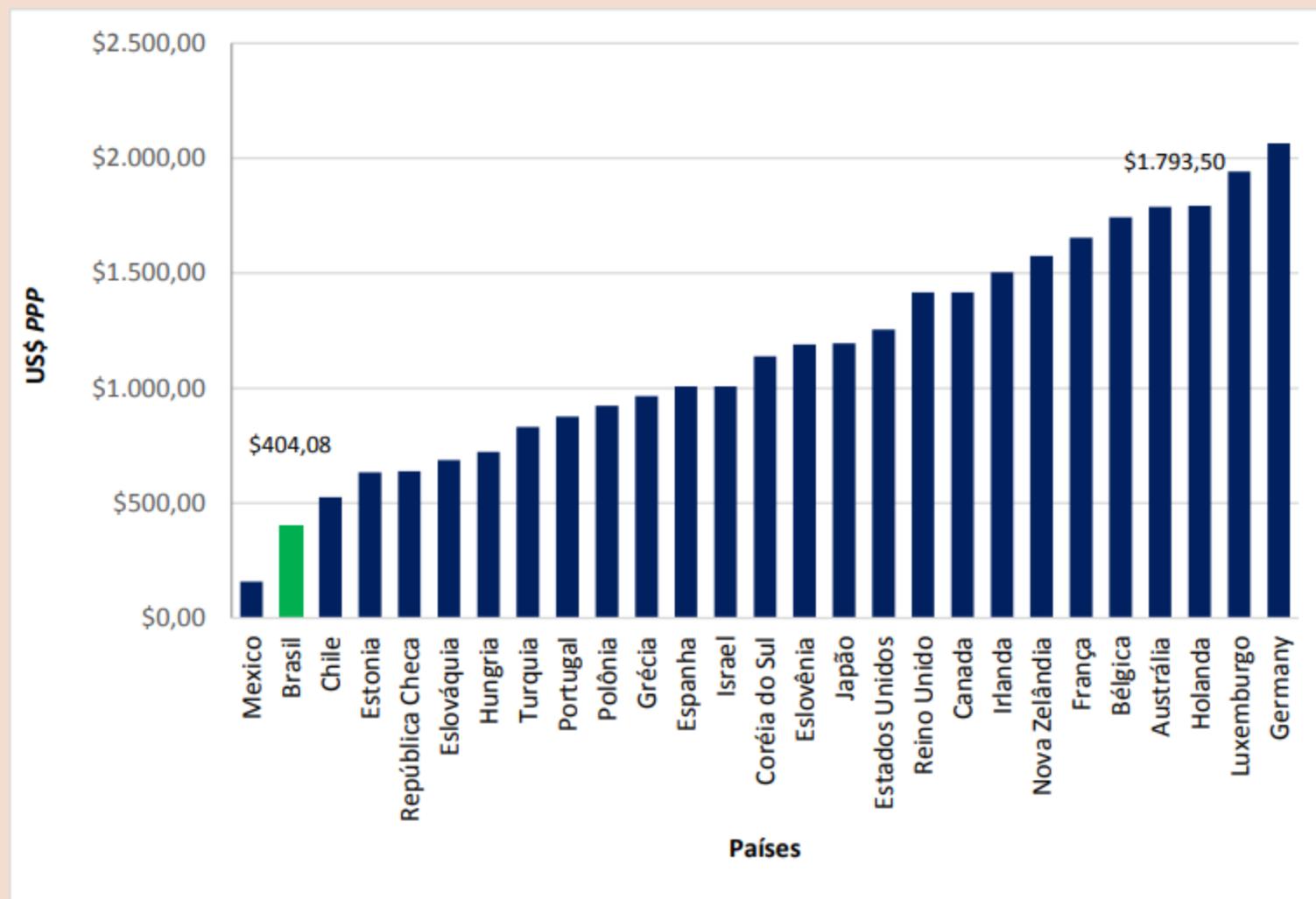
Fonte: Banco Mundial (ICP-DATABASE). (Anfip e Dieese, 2017).

**FIGURA 12 – PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NO PIB
EM %
BRASIL E OCDE
2009**



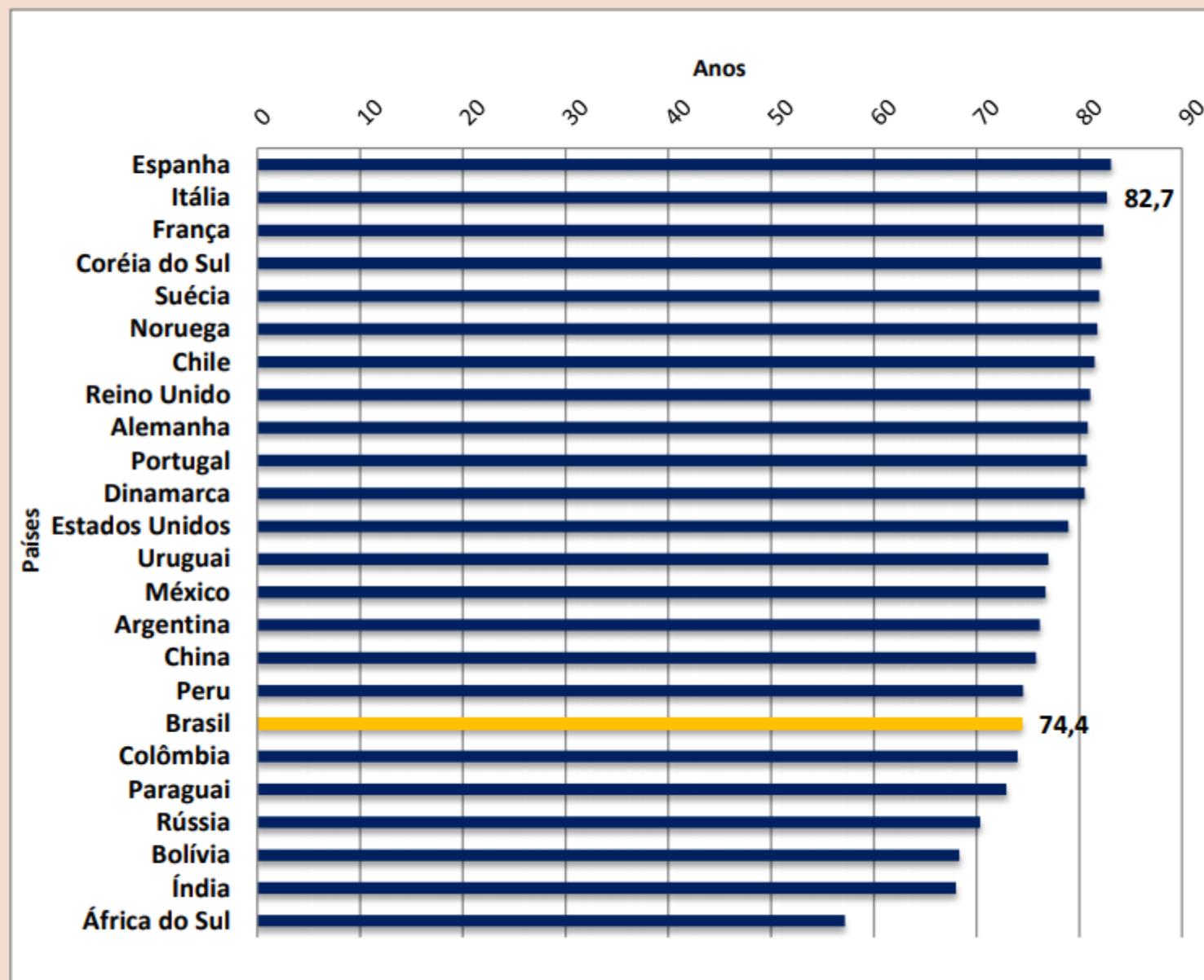
Fonte: OECDStat e Contas Nacionais– IBGE
(Anfip e Dieese, 2017)

**FIGURA 9 – SALÁRIO MÍNIMO
BRASIL E OCDE
(EM US\$PPP)
2015**



**FIGURA 15 – EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (AMBOS OS SEXOS)
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)**

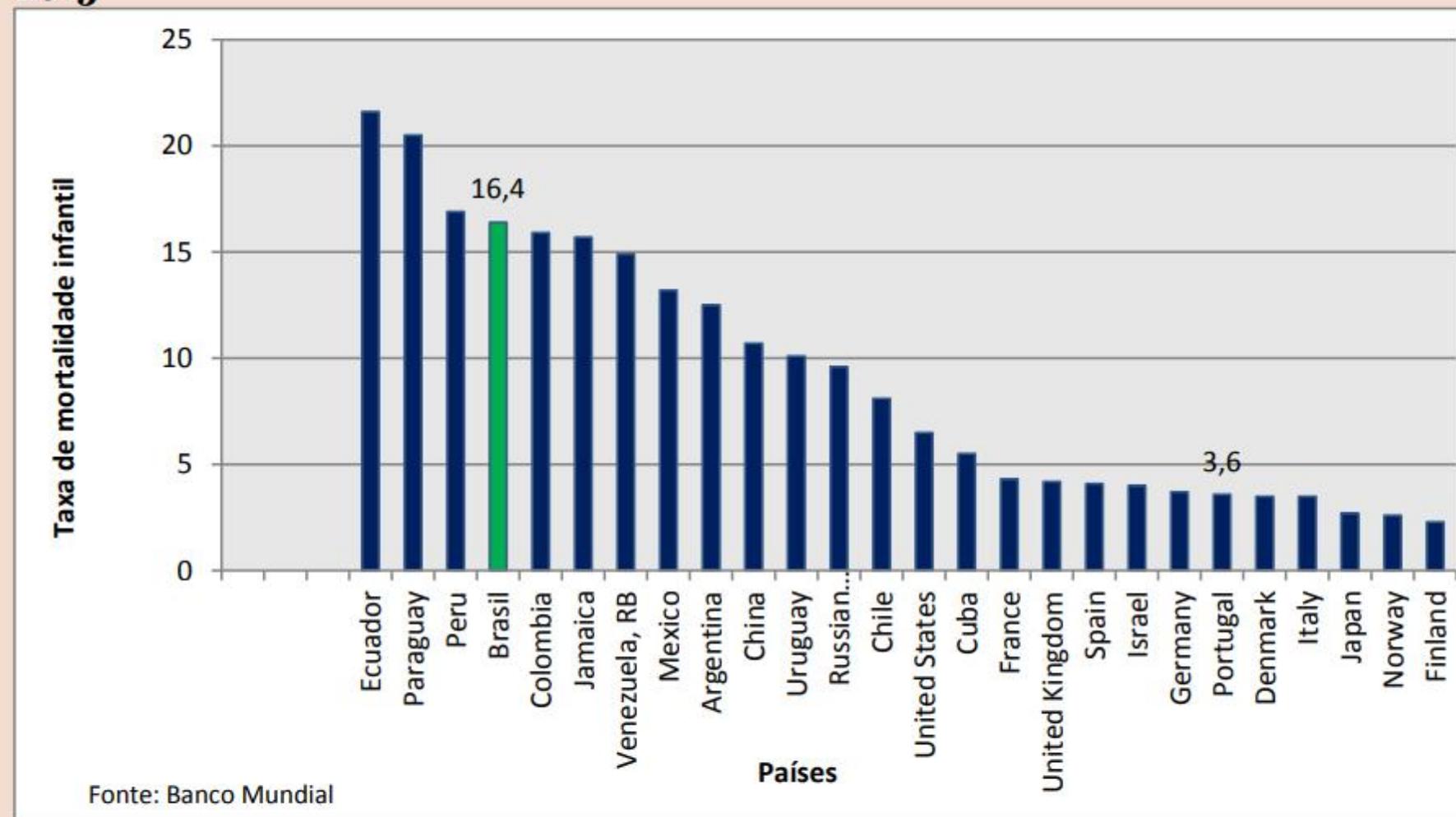
2014



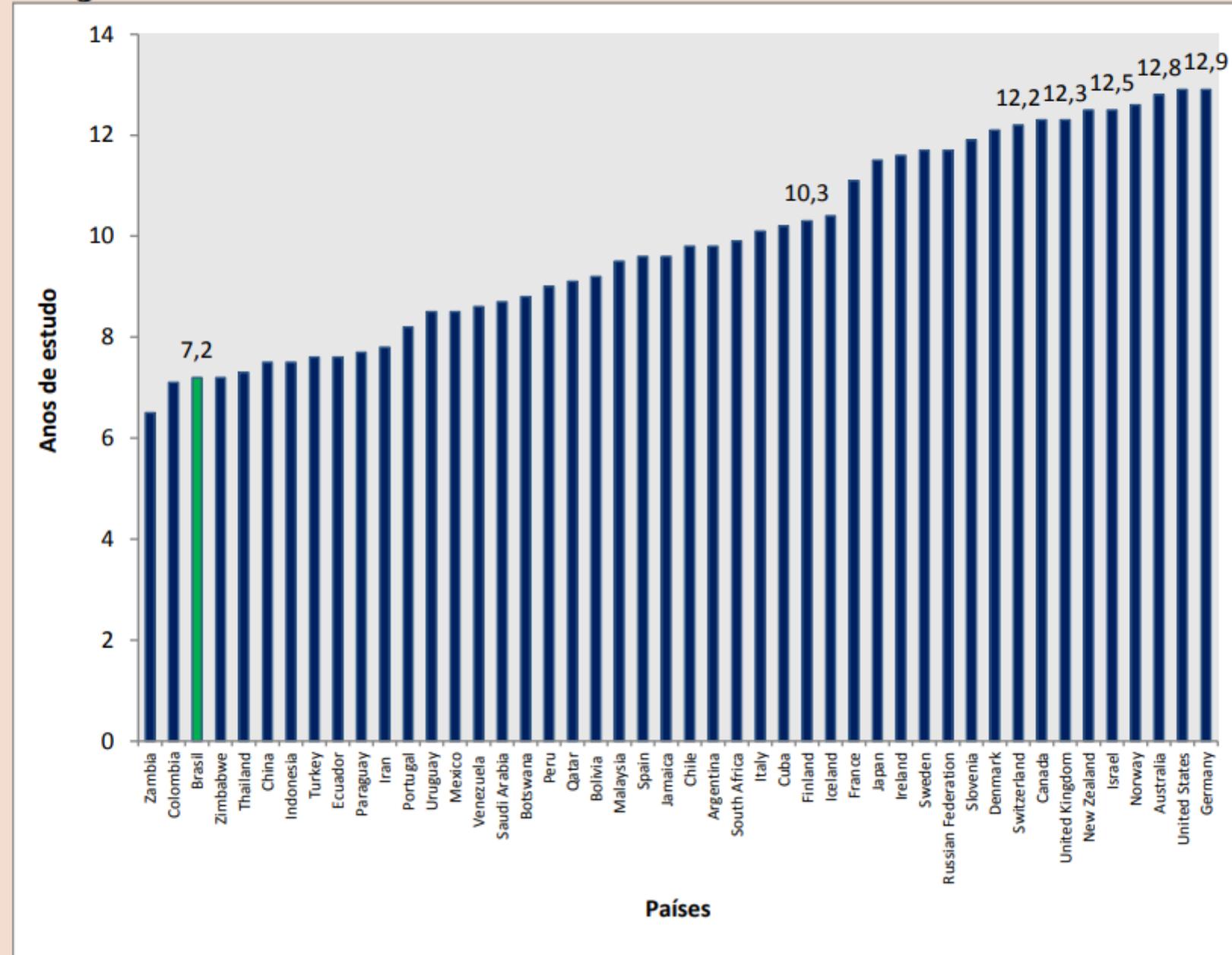
Fonte: Banco Mundial (ICP-DATABASE).

FIGURA 29 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (ANTES DOS 5 ANOS POR CADA MIL) (PAÍSES SELECIONADOS)

2015



**FIGURA 32 – ANOS DE ESTUDO
(PAÍSES SELECIONADOS)
2013**



**PROPORÇÃO DOS OCUPADOS POR FAIXA DE IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO
BRASILEIRO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO**

(EM %)

2014

FAIXA ETÁRIA	URBANO		RURAL	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Até 14 anos	45%	34%	78%	70%
15 a 17 anos	31%	30%	16%	17%
18 e 19 anos	16%	20%	4%	6%
20 anos ou mais	7%	16%	2%	6%

A história econômica revela que o desenvolvimento não é decorrência espontânea do

crescimento: A experiência de nações que lograram maior êxito nesse processo aponta que ele não decorreu da livre ação do mercado, mas da intenção política deliberada coordenada pelo Estado e viabilizada por instrumentos de política econômica que convergiam para esse propósito.

A experiência internacional revela que a tributação progressiva e o Estado Social são peças

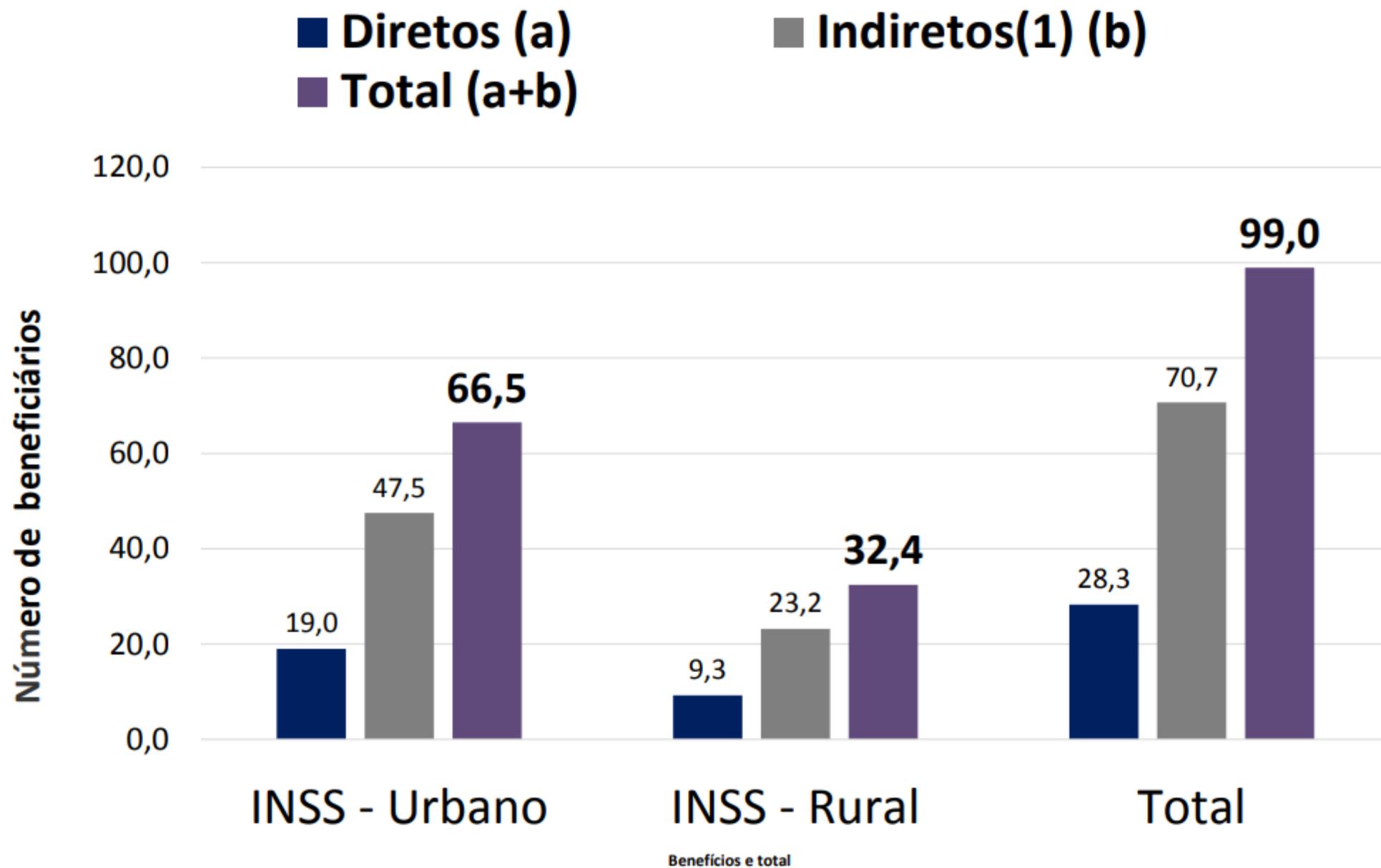
fundamentais para o desenvolvimento: A tributação progressiva reduz as desigualdades sociais, financia o Estado de Bem-estar Social e sustenta financeiramente a transformação da estrutura produtiva e, por consequência, melhora as condições de vida da população.

Capitalismo requer consumidor: Ao redistribuir renda, a Reforma Tributária amplia os rendimentos das famílias, estimula o consumo, fomenta o mercado interno, amplia a demanda por bens e serviços, impulsiona o investimento privado, o que gera lucro, investimento, renda, emprego e demanda, realimentando esse círculo virtuoso. Da mesma forma, a Reforma Tributária, ao sustentar o financiamento dos investimentos na infraestrutura econômica e social, é peça-chave para a expansão da oferta de serviços, a elevação da produtividade e a melhoria das condições de vida da população

Premissas

2 A reforma do sistema tributário nacional deve estar adequada ao **propósito de fortalecer o Estado de bem-estar social** em função do seu potencial como **instrumento de redução das desigualdades sociais** e promotor do desenvolvimento nacional.



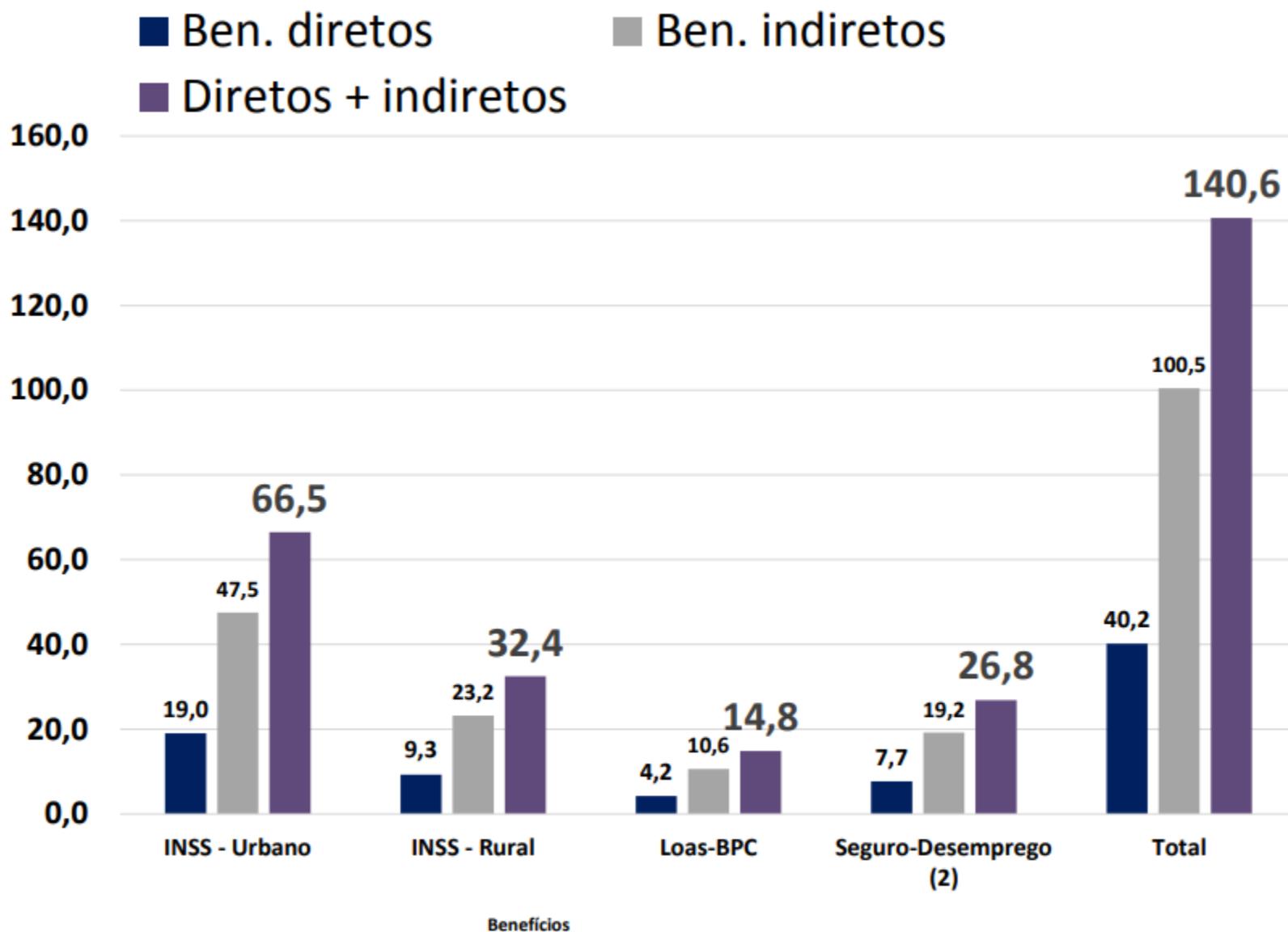


RGPS -
BENEFÍCIOS
DIRETOS E
ESTIMATIVA DE
NÚMERO DE
BENEFICIADOS
INDIRETOS

(EM MILHÕES)

2015

Número de beneficiários



**SEGURIDADE SOCIAL:
BENEFÍCIOS DIRETOS
CONCEDIDOS E
ESTIMATIVA DE
BENEFICIADOS
(DIRETOS E
INDIRETOS)**

EM MILHÕES DE
PESSOAS

2015

LINHA DE POBREZA (CIDADÃOS QUE VIVEM COM $\frac{1}{2}$ SALÁRIO MÍNIMO, OU MENOS) OBSERVADA HOJE E ESTIMADA, CASO NÃO HOUVESSE A PREVIDÊNCIA SOCIAL (% DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE) 2014

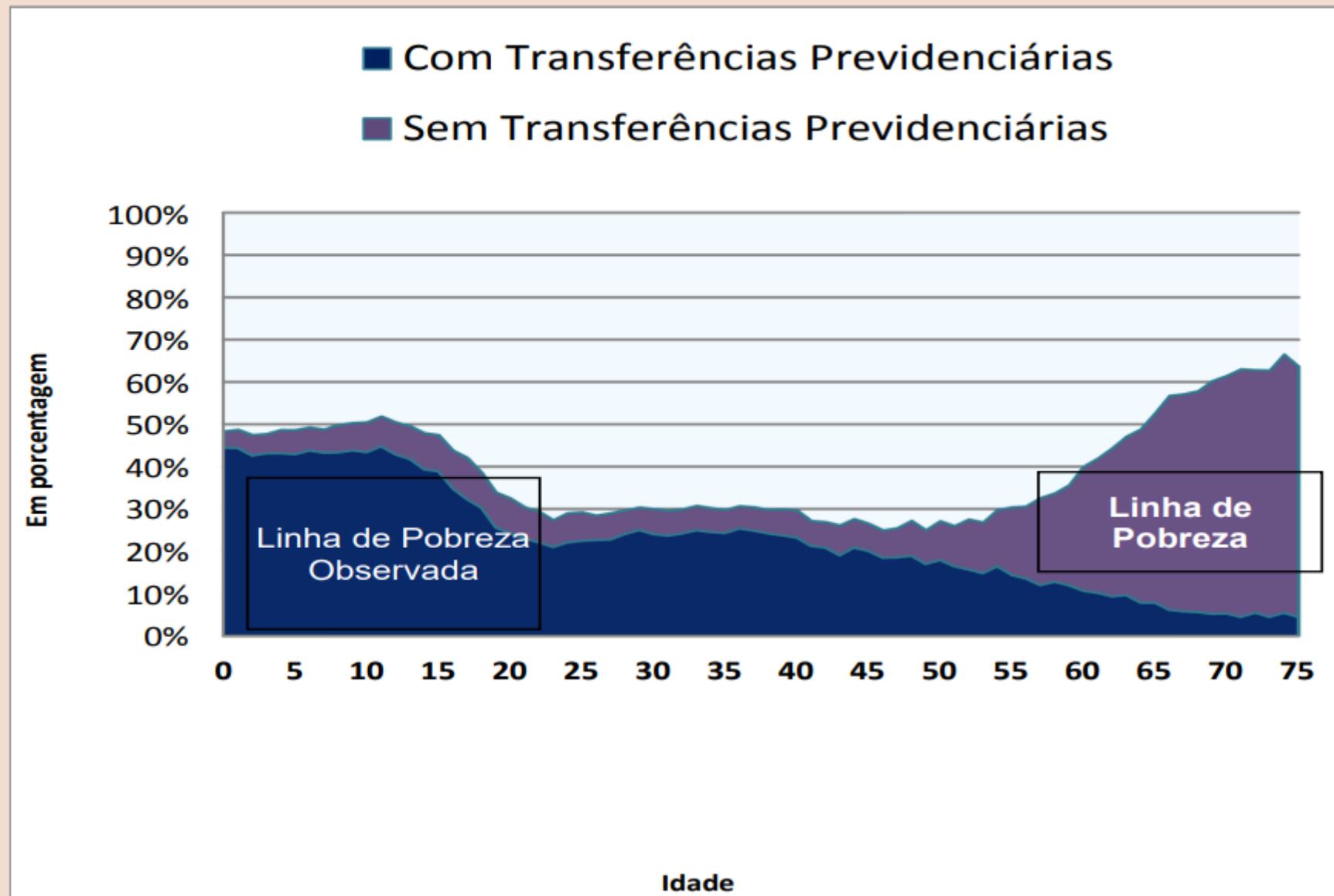


FIGURA 4 - PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-28) ESTRUTURA DA DESPESA EM % 2012

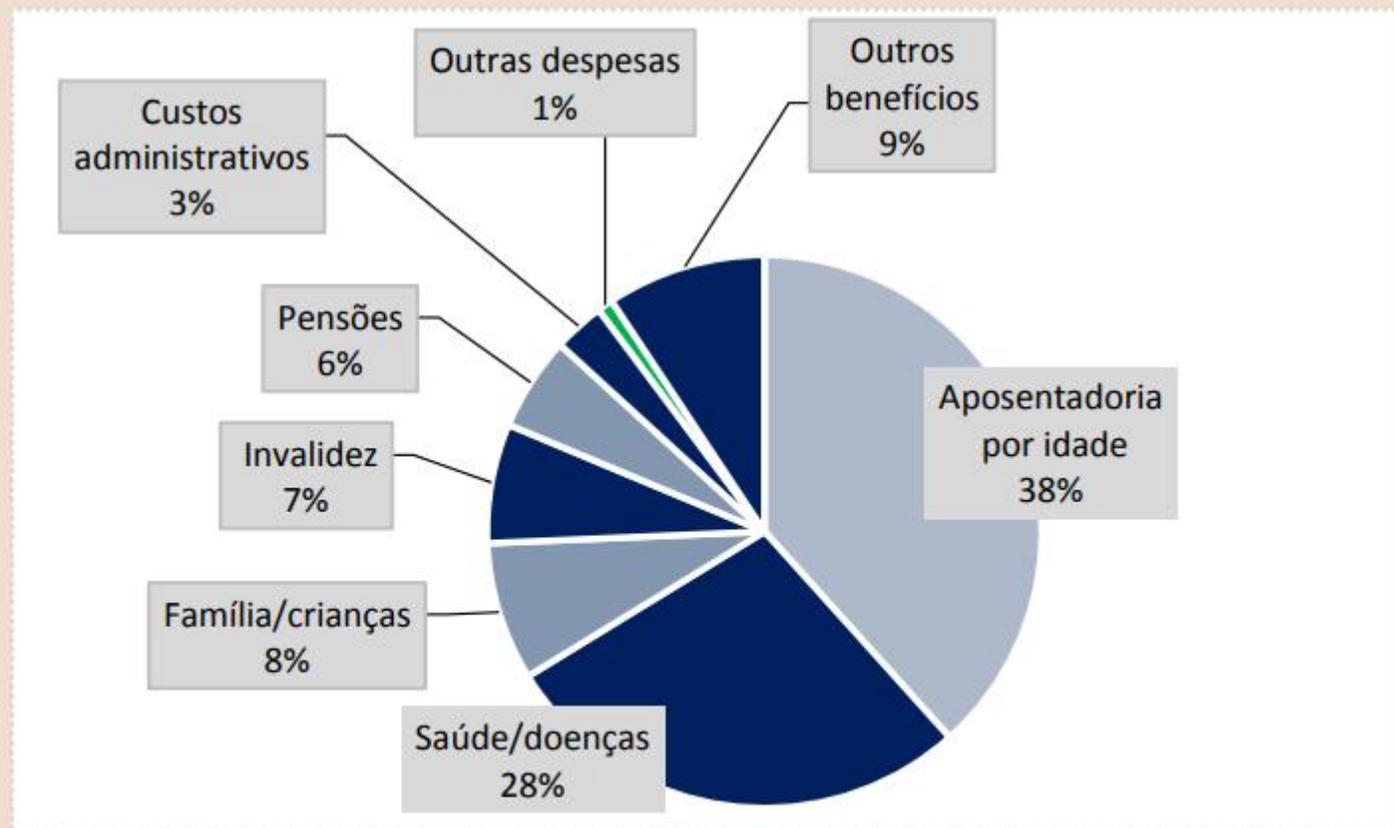
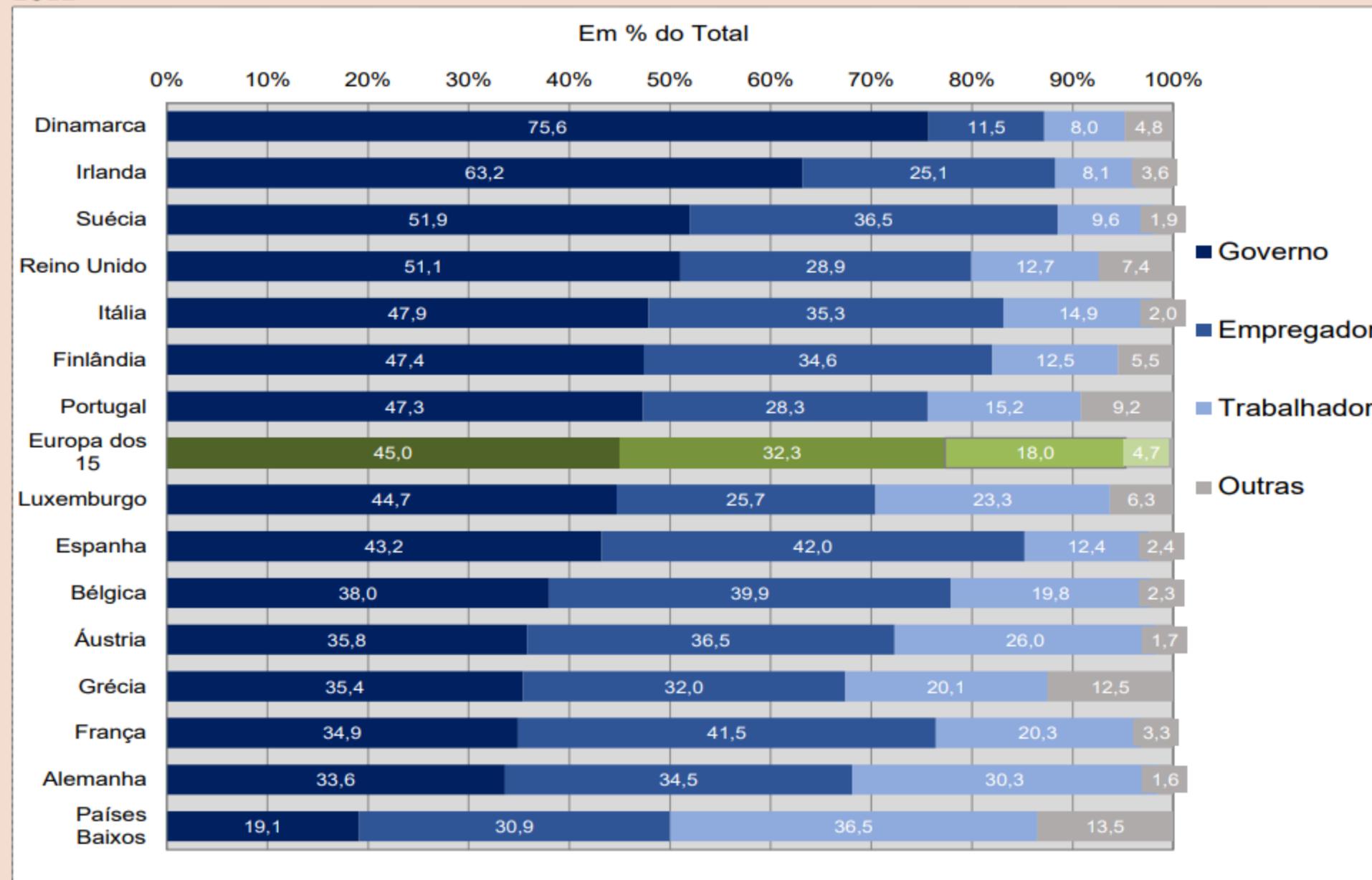


FIGURA 5 – FONTES DE RECEITA DA PROTEÇÃO SOCIAL

PARTICIPAÇÃO %

OCDE (EU-15)

2012



INCIDÊNCIA DA POLÍTICA FISCAL

Decomposição da renda em cinco estágios para avaliar o índice de Gini:

- A **renda de mercado** (salários e outros rendimentos);
- A **renda após benefícios sociais** (como aposentadoria, pensões, auxílios, bolsas, seguro-desemprego e outros);
- A **renda após impostos diretos** (imposto de renda, contribuições previdenciárias, IPTU, IPVA e outros);
- A **renda após impostos indiretos** (ICMS, IPI, PIS-Cofins e Cide);
- A renda após a imputação de valor **aos gastos de saúde e educação**, considerados benefícios em espécie.

COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI APÓS ATUAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL BRASIL 2009



**FMI (2017) Fiscal monitor (October, 2017).
Tackling Inequality. World economic and
financial surveys. Washington, DC:
International Monetary Fund**

Em média, para um conjunto de países desenvolvidos selecionados, o coeficiente de Gini declina de **0,49 para 0,31 (18 pontos)** por conta da ação da política fiscal.

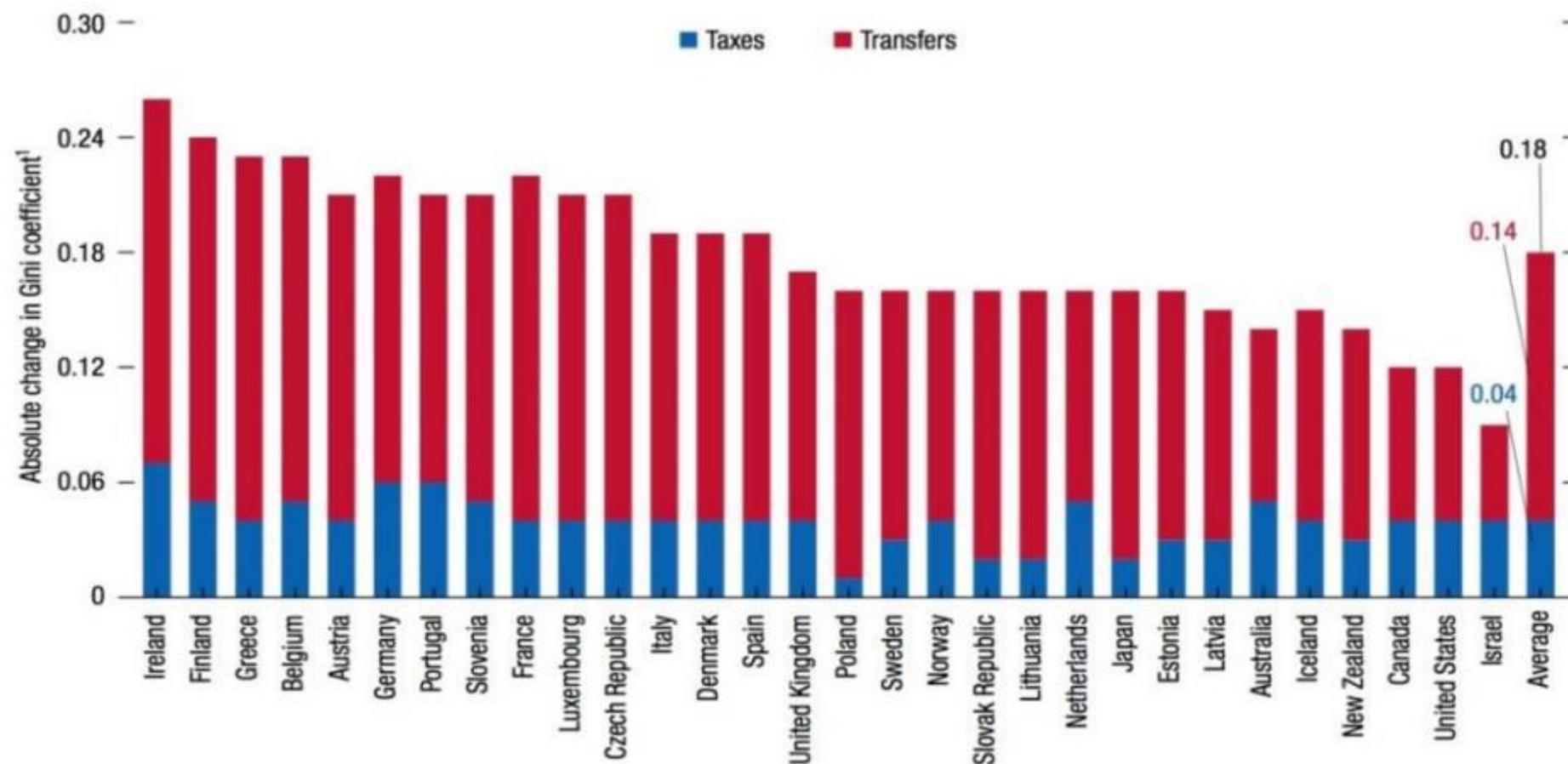
Aproximadamente dois terços dessa redistribuição são alcançados pelos efeitos dos gastos é das transferências sociais monetárias, sendo que cerca da metade dessa redistribuição foi proporcionada pelos benefícios de aposentadoria e pensão (FMI, 2017: 7).

2 fortalecer o Estado de bem-estar social

IMPACTO REDISTRIBUTIVO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS EM ECONOMIAS AVANÇADAS

2015 OU ÚLTIMO ANO

FONTE: FMI, 2017:7

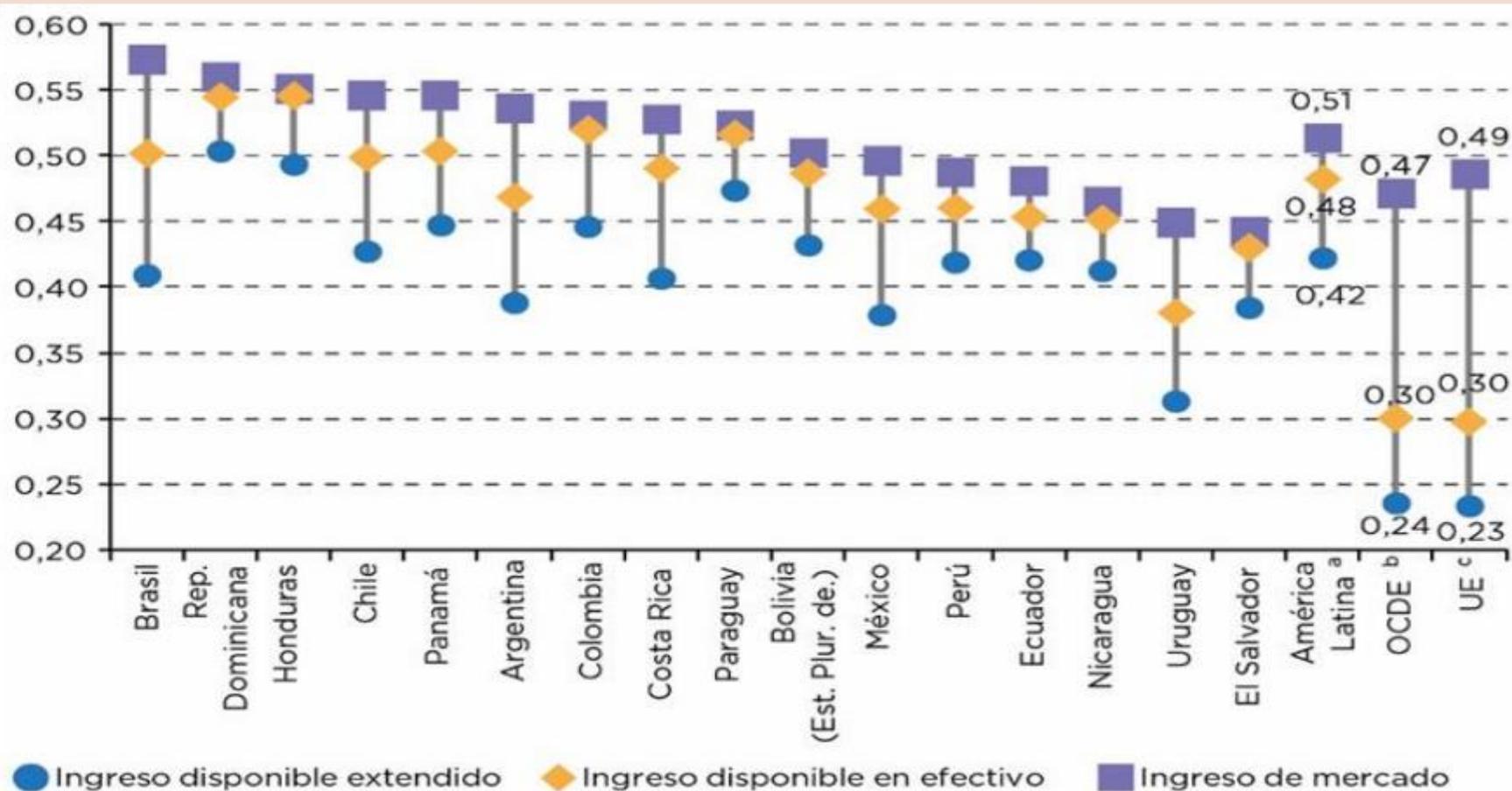


2 fortalecer o Estado de bem-estar social

DESIGUALDADE MEDIDA PELO COEFICIENTE DE GINI DA RENDA DO MERCADO E DAS RENDAS DISPONÍVEIS EM ESPÉCIE E ESTENDIDA DA POPULAÇÃO TOTAL

AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES), ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) E UNIÃO EUROPEIA (UE)

EM TORNO DE 2011



2 fortalecer o Estado de bem-estar social

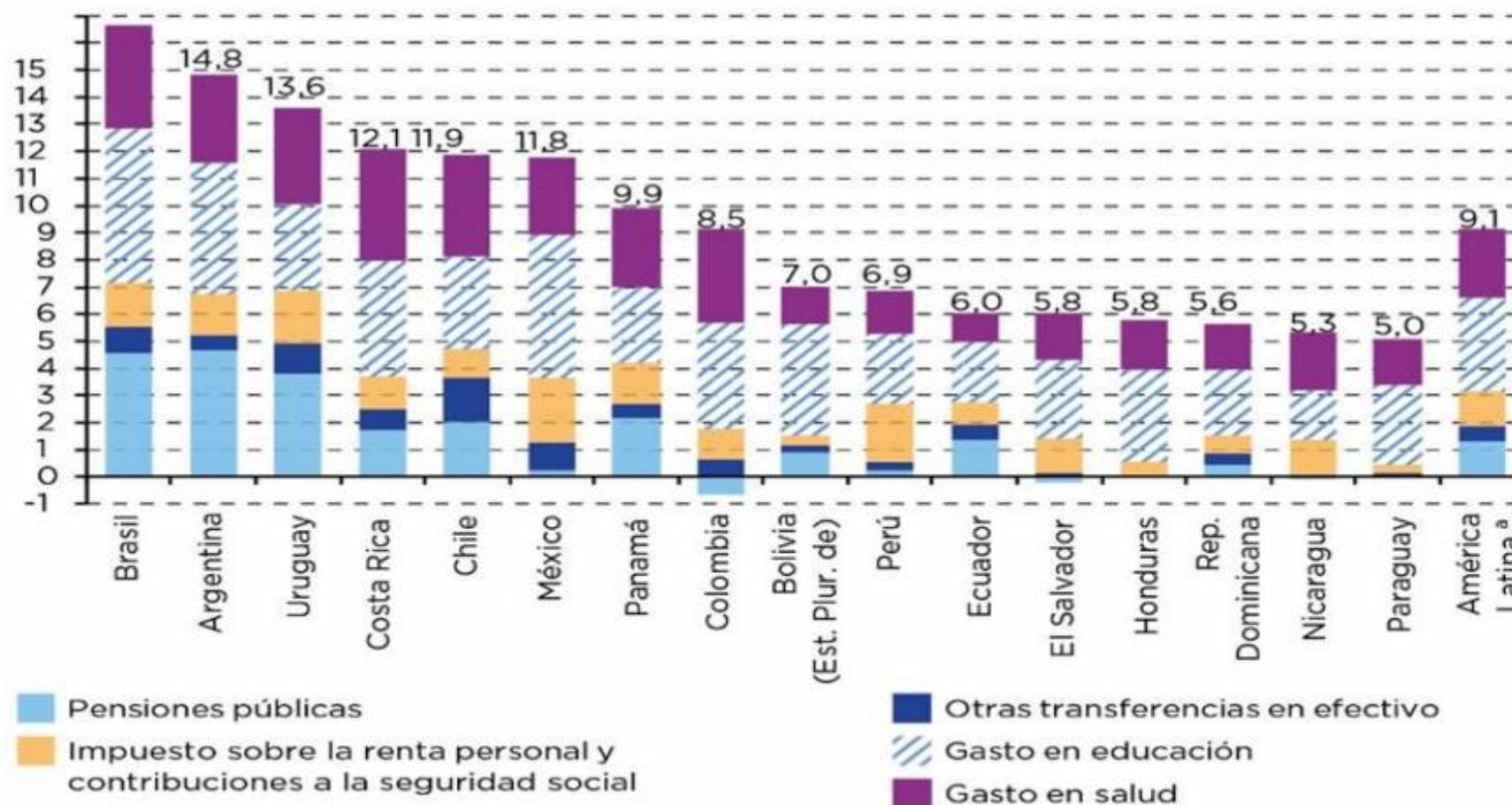
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SEGUNDO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA FISCAL

EM PONTOS PERCENTUAIS DO COEFICIENTE DE GINI

AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES)

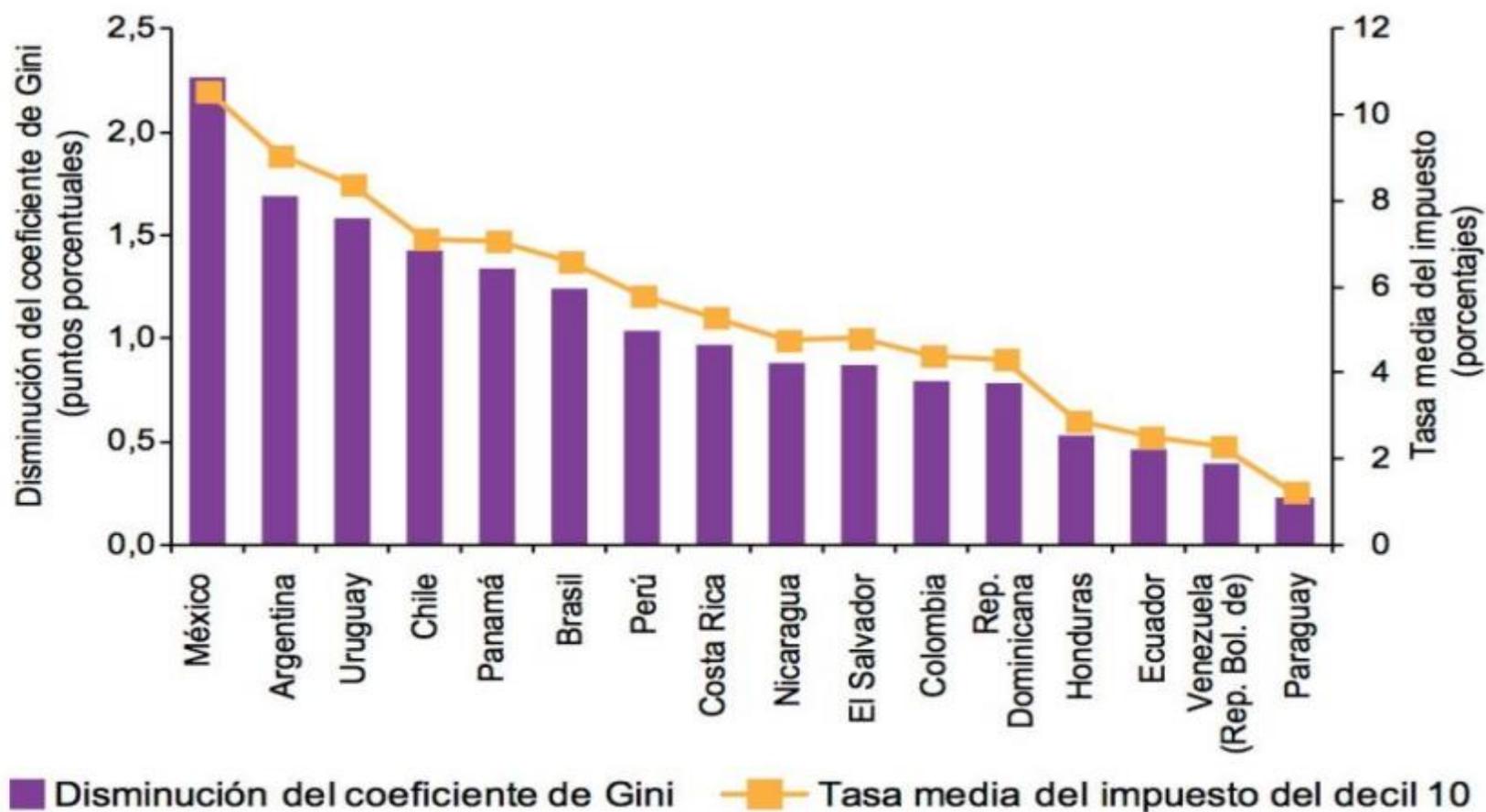
EM TORNO DE 2011

FONTE: CEPAL (2015:95)



2 fortalecer o Estado de bem-estar social

TAXA MÉDIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE PESSOAS FÍSICAS DO 10º DECIL E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA
EM PONTOS PERCENTUAIS DO COEFICIENTE DE GINI E PORCENTAGENS
AMÉRICA LATINA (16 PAÍSES)
EM TORNO DE 2011
FONTE: CEPAL (2015:107)



Recomendações para Seguridade Social

(Previdência social, Assistência social, Saúde, FAT)

Extinção das fontes de financiamento regressivas:

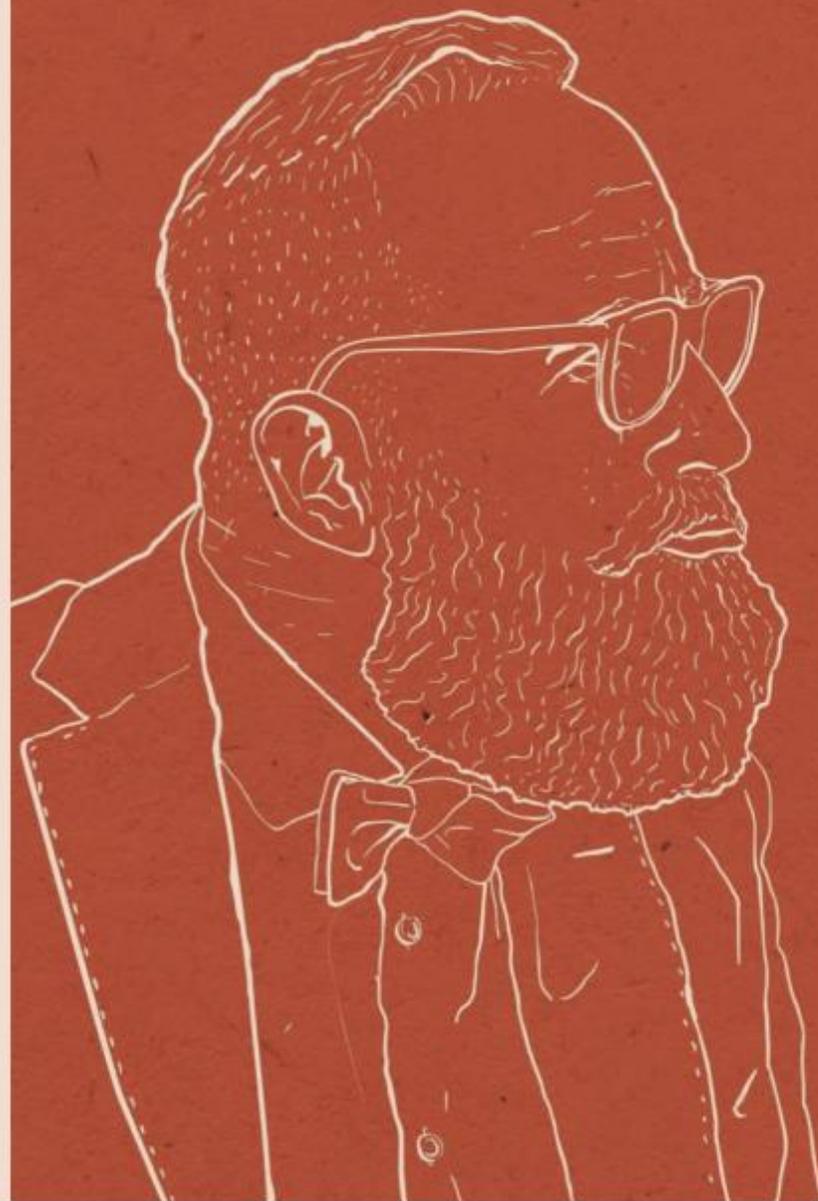
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Lucro Presumido
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS
- Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS
- Contribuição patronal sobre a folha de pagamentos.
- Redução de Outras Contribuições Previdenciárias

Criação de novos tributos mais progressivos:

- Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física – CSPF
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, baseada no Lucro Real.
- Contribuição Social sobre o Valor Adicionado – CSVA.
- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF
- Extinção da Desvinculação das Receitas da União (DRU)

Premissas

- 3 A reforma do sistema deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela **ampliação da tributação da renda e do patrimônio**



PAÍSES	RENDA	PATRIMÔNIO	CONSUMO	OUTROS	TOTAL	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	100,0	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	100,0	44,8
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	100,0	20,5
Coreia do Sul	30,3	12,4	28,0	29,3	100,0	25,2
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	100,0	45,9
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	100,0	33,8
Estados Unidos	49,1	10,3	17,0	23,6	100,0	26,2
França	23,5	9,0	24,3	43,2	100,0	45,2
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	100,0	37,4
Irlanda	43,0	6,4	32,6	18,0	100,0	23,1
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	100,0	43,3
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	100,0	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	100,0	38,3
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	100,0	34,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	100,0	32,5
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	100,0	43,3
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	100,0	25,1
MÉDIA OCDE	34,1	5,5	32,4	28,0	100,0	34,0
BRASIL (1)	21,0	4,4	49,7	24,9	100,0	32,6

COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA, POR TIPO DE IMPOSTOS EM % / OCDE E BRASIL/ 2015

(OLIVEIRA, 2018)
 Fontes: OCDE: Revenue Statistics Comparative Tables. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Carga Tributária de 2015.
 Nota: (1) inclui receita da CSLL

3 ampliação da tributação direta

Tributação da **renda da pessoa física**

Tributação da **renda da pessoa jurídica**

Tributação **internacional** para combater a evasão, elisão e os paraísos fiscais

Tributação das **transações financeiras**

Tributação sobre a **propriedade e a riqueza**

- Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)
- Imposto Sobre Propriedade de Veículos (IPVA)
- Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)
- Imposto Sobre Herança
- Imposto sobre Grandes Fortunas.

A Reforma Tributária Necessária

A justiça fiscal é possível: subsídios técnicos para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira

LIVRO 2

DIRETRIZES

1. **Mais progressividade**
2. **Aproximar o Brasil da Média dos 34 países da OCDE**
3. **Fortalecer o Estado Social**



DESAFIO

Redistribuir as bases de incidência da tributação

- **Aumentar as receitas da tributação sobre a renda, o patrimônio e as transações financeiras**
- **Reduzir as receitas da tributação sobre bens e serviços e sobre a folha de pagamentos.**



RESULTADO

O estudo demonstra que é tecnicamente factível que o Brasil tenha um sistema tributário **mais justo e alinhado com a experiência dos países mais igualitários**, preservando o **equilíbrio federativo** e o financiamento do Estado Social inaugurado pela Constituição de 1988, com **fontes mais progressivas**.



Os resultados apresentados devem ser considerados **apenas como uma dentre outras possibilidades de configuração de um novo desenho** mais justo da tributação.

Há, portanto, **outros desenhos possíveis**, obtidos por diferentes graus de ajustes, modulações e “calibragens” da redistribuição das bases de incidência dos tributos.

.

LIMITES DO EXERCÍCIO ANALÍTICO REALIZADO

Em função da natureza do trabalho (exercício de redistribuição de bases de incidência de tributos) **não se avançou no sentido de:**

- **Detalhar as medidas administrativas e legais necessárias** para se implantar as mudanças propostas.
- **Formulação de uma estratégia de transição** do modelo atual para o novo desenho proposto.

Opção: manutenção do patamar da carga tributária efetiva

A elevação da carga tributária ***não foi contemplada no presente estudo***

Entretanto, não seria tecnicamente adequado – e tornaria o exercício analítico aqui proposto praticamente inexecutável – adotar-se o patamar da carga tributária verificado no triênio 2015-2017 (cerca de 32,4% do PIB), pois ele reflete uma das mais agudas recessões econômicas da história.

Assim, considerou-se como parâmetro **a média verificada entre 2005 e 2011 (33,48% do PIB), excluindo-se os anos atípicos de 2009/2010.**

Gradualismo e manutenção da carga tributária

A carga tributária média do período considerado não seria alcançada de imediato, pois uma série de mudanças não pode ser implantada de chofre, em função das resistências políticas e das dificuldades de se criar mecanismos operacionais e administrativos necessários para que essas mudanças tenham efetividade.

As mudanças na tributação sobre a renda, bens e serviços e folha de pagamentos também requerem um longo período de transição, durante o qual podem ser realizadas “calibrações” de modo a manter a carga tributária inalterada, caso seja o interesse da sociedade.

Subentende-se, portanto, que a implantação do novo modelo seria feito em etapas:

- Reestruturação do IRPF
- Reestruturação do IRPJ
- Redução da tributação sobre o consumo e sobre a folha de pagamentos.
- Tributação do patrimônio e das grandes fortunas.

Portando, são avanços graduais que podem ser “calibrados” para se manter o patamar da carga tributária efetiva.

Mais progressividade: redistribuição das bases de incidência da tributação

- Tributação da renda da pessoa física
- Tributação da renda da pessoa jurídica
- Retenções do imposto de renda não alocáveis nas pessoas físicas e jurídicas
- Tributação do patrimônio
- Tributação das transações financeiras
- Tributação de bens e serviços
- Tributação da folha de salários

Financiamento da proteção social

Equilíbrio federativo

Comparação com a OCDE

Carga tributária potencial e efetiva

Redução da desigualdade da renda

Observações

- Os resultados apresentados a seguir são preliminares
- Os estudos não foram finalizados
- Os dados ainda podem ser alterados em função de novos ajustes

FIGURA 1 – AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões

Valores de 2015 e estimativas

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
Renda (1)	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
Total	472.688,57	830.164,53	357.475,96
Bens e Serviços	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
Total	1.439.926,91	1.129.389,59	-310.537,32
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	1.912.615,48	1.959.554,12	46.938,64

Nota (1) Inclui as retenções não alocáveis nas pessoas físicas e nas pessoas jurídicas (ver item 1.3).

FIGURA 2 – AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em % da Arrecadação e do PIB
Valores de 2015 e estimativas

BASES DE INCIDÊNCIA	PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO E NO PIB				DIFERENÇA	
	ATUAL		PROPOSTA			
	% ARRECADAÇÃO	% PIB	% ARRECADAÇÃO	% PIB	% ARRECADAÇÃO	% PIB
Renda	18,27	5,97	30,69	10,27	12,41	4,30
Patrimônio	4,44	1,45	8,03	2,69	3,59	1,24
Bens e Serviços	49,68	16,23	36,76	12,30	-12,92	-3,93
Folha de Salários	25,00	8,16	20,42	6,83	-4,58	-1,33
Transações Financeiras	1,80	0,59	3,31	1,11	1,51	0,52
Outros	0,81	0,26	0,79	0,26	-0,02	0,00
TOTAL	100,00	32,66	100,00	33,46	0,00	0,80

FIGURA 3 – ARRECADAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DA PESSOA FÍSICA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões

Valores de 2015 e estimativas

PESSOA FÍSICA	ATUAL		PROPOSTA		DIFERENÇA	
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF	148.794,81	2,52%	305.502,87	5,17%	156.708,06	2,65%
Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física - CSPF	-	-	28.174,99	0,48%	28.174,99	0,48%
Contribuição sobre Concursos e Prognósticos	5.422,13	0,09%	5.422,13	0,09%	-	-
TOTAL	154.216,94	2,61%	339.100,00	5,74%	184.883,06	3,13%

FIGURA 4 - TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF

FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)	LIMITE INFERIOR DO SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	LIM. SUPERIOR DO SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	PARCELA A DEDUZIR (R\$)
Até 4	0%	-	37.824,00	-
Mais de 4 a 7	7,5%	37.824,00	66.192,00	2.836,80
Mais de 7 a 10	15,0%	66.192,00	94.560,00	7.801,20
Mais de 10 a 15	22,5%	94.560,00	141.840,00	14.893,20
Mais de 15 a 40	27,5%	141.840,00	378.240,00	21.985,20
Mais de 40 a 60	35,0%	378.240,00	567.360,00	50.353,20
Mais de 60	40,0%	567.360,00	-	78.721,20

- 38,56% (10.611.125 declarantes) serão isentos (renda de até 4 SM mensais)
- 48,70% (13.401.596) serão desonerados por alíquotas progressivas (de 7,5% a 22,5%), inferiores à alíquota atual (27,5%) (acima de 4 a 15 SM mensais).
- 10,02% (2.756.552) não serão afetados e estarão sujeitos à mesma alíquota atual (acima de 15 a 40 SM mensais).
- **1,42% (389.811) serão onerados com a alíquota (35%), superior à atual (acima de 40 a 60 SM mensais).**
- **1,31% (359.760) serão onerados com alíquota (40%), superior à atual (acima de 60 até 320 SM mensais e acima de 320 SM mensais).**

FIGURA 8 - TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF: ALÍQUOTAS EFETIVAS REAIS POR RENDA MÉDIA ANUAL (ATUAL E PROPOSTA/SIMULAÇÃO).

BASE 2015

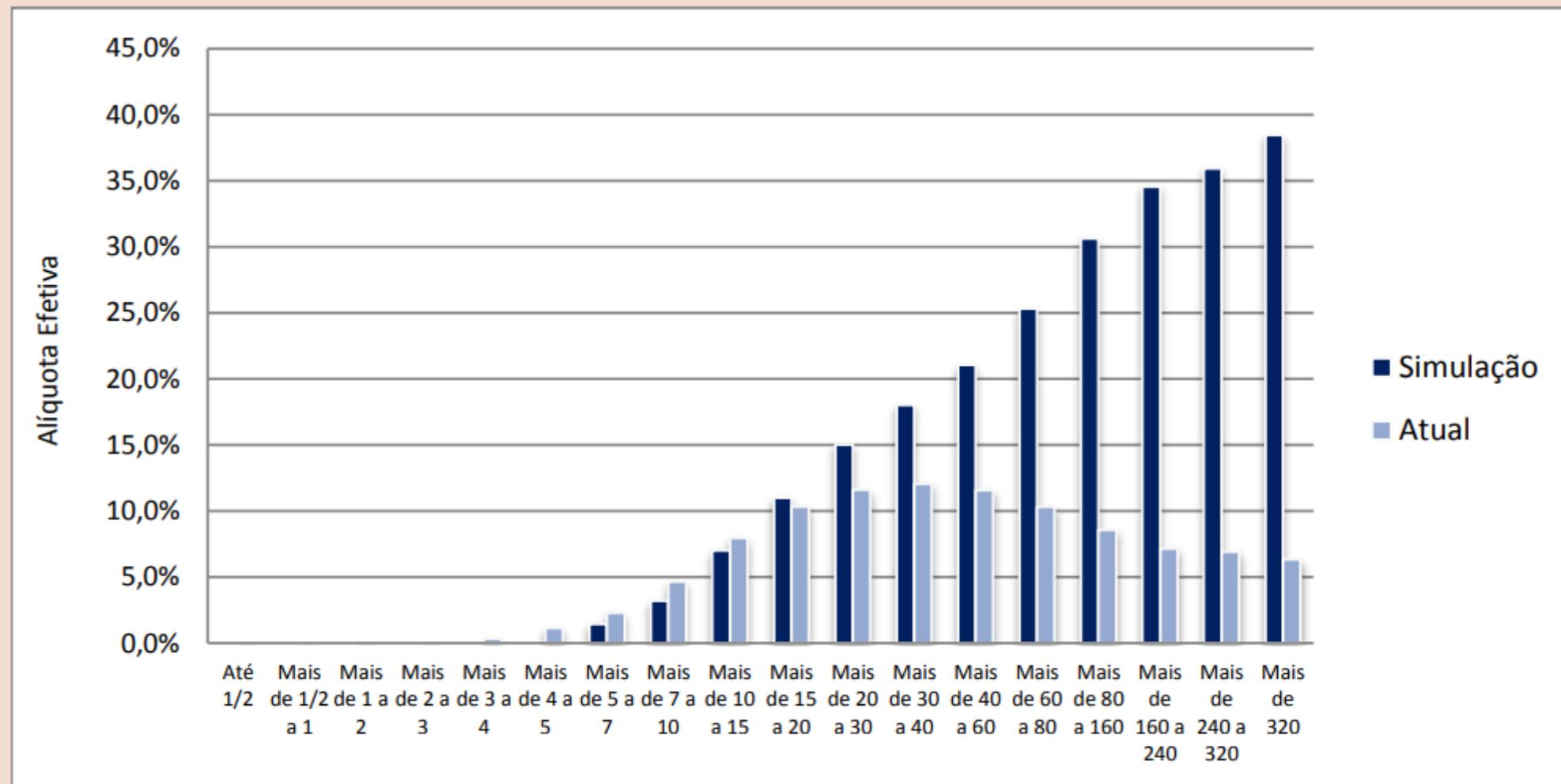


FIGURA 10 – ARRECADAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA DA PESSOA JURÍDICA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões, % da Carga Tributária Bruta e % do PIB

Valores de 2015

PESSOA JURÍDICA	ATUAL			PROPOSTA			DIFERENÇA		
	R\$	% CTB	% PIB	R\$	% CTB	% PIB	R\$	% CTB	% PIB
IRPJ LUCRO REAL	70.686,80	3,67	1,20	91.947,89	4,77	1,56	21.261,09	-1,58	0,36
IRPJ LUCRO PRESUMIDO	30.396,84	1,58	0,52	0	0,00	0,00	-30.396,84	-0,47	-0,52
TOTAL IRPJ	101.083,64	5,24	1,71	91.947,89	4,77	1,56	-9.135,75	-2,05	-0,15
CSLL LUCRO REAL	39.205,19	2,03	0,66	79.897,77	4,14	1,35	40.692,58	-0,85	0,69
CSLL LUCRO PRESUMIDO	16.430,20	0,85	0,28	0	0,00	0,00	-16.430,20	1,25	-0,28
TOTAL CSLL	55.635,39	2,89	0,94	79.897,77	4,14	1,35	24.262,38	0,40	0,41
TOTAL GERAL	156.719,03	8,13	2,65	171.845,66	8,91	2,91	15.126,63	0,00	0,26

FIGURA 11 – ARRECADAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões e em % do PIB

Valores de 2015

TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL		PROPOSTA		DIFERENÇA	
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
Contribuição Social sobre Grandes Fortunas - IGF	-		37.193,97	0,63%	37.193,97	0,63%
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	1.104,97	0,02%	19.093,90	0,32%	17.988,93	0,30%
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD	6.468,65	0,11%	15.002,96	0,25%	8.534,31	0,14%
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	36.257,11	0,61%	37.307,11	0,63%	1.050,00	0,02%
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	30.759,50	0,52%	38.994,97	0,66%	8.235,47	0,14%
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	11.106,63	0,19%	11.106,63	0,19%	-	0,00%
TOTAL	85.696,86	1,45%	158.699,55	2,69%	73.002,69	1,24%

FIGURA 12 – TRIBUTAÇÃO DAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões

Valores de 2015

TRIBUTOS SOBRE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS	ATUAL		PROPOSTA		DIFERENÇA	
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	5,25	0,00%	-	0,00%	- 5,25	0,00%
Contribuição Social sobre Movimentação Financeira - CSMF	-	-	30.699,79	0,52%	30.699,79	0,52%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	34.681,05	0,59%	34.681,05	0,59%	-	0,00%
TOTAIS	34.686,30	0,59%	65.380,84	1,11%	30.694,54	0,52%

FIGURA 13 – REDUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões e em % do PIB

Valores de 2015 e estimados

TRIBUTOS	ATUAL		PROPOSTA		DIFERENÇA	
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO	957.923,80	16,23%	726.126,34	12,30%	- 231.797,46	-3,93%
TRIBUTOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTOS	482.003,11	8,16%	403.263,25	6,83%	- 78.739,86	-1,33%
TOTAL	1.439.926,91	24,39%	1.129.389,59	19,13%	- 310.537,32	-5,26%

FIGURA 14 – TRIBUTOS A SEREM EXTINTOS

Em R\$ Milhões

Valores de 2015 e estimativas

TRIBUTOS	R\$
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-190.293,05
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	-39.825,13
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ - Lucro Presumido	-30.396,84
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Lucro Presumido	-16.430,20
CIDE Combustíveis	-3.271,18
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-396.513,09
Imposto sobre Serviços - ISS	-58.083,52
TOTAL	-734.813,01

FIGURA 15 – TRIBUTOS COM REDUÇÃO DE VALOR

Em R\$ Milhões

Valores de 2015 e estimativas

TRIBUTOS	ATUAL (R\$)	PROPOSTA (R\$)	DIFERENÇA R\$
Simplex Nacional	51.425,81	25.712,91	-25.712,90
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	47.607,74	23.637,51	-23.970,23
Outras Contribuições previdenciárias (faturamento, rural, clubes)	22.156,65	3.959,91	-18.196,74
TOTAL	121.190,20	53.310,33	-67.879,87

FIGURA 16 – TRIBUTOS A SEREM CRIADOS

Em R\$ Milhões

Valores de 2015 e estimativas

TRIBUTOS	R\$
Contribuição Social sobre o Valor Adicionado - CVA (federal)	110.456,73
CIDE Ambiental	23.615,22
Imposto sobre Exportação (incidência sobre commodities)	9.750,00
Imposto sobre Valor Agregado - IVA (estadual)	413.266,38
TOTAL	557.088,33

FIGURA 18 – TRIBUTAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões e estimativas

Valores de 2015

TRIBUTOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTOS	ATUAL		PROPOSTA		DIFERENÇA	
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	326.488,39	0,06	284.940,71	0,05	-41.547,68	-0,01%
Empregador	218.590,04	3,70%	177.042,36	3,00%	-41.547,68	-0,70%
Empregado	96.372,05	1,63%	96.372,05	1,63%	0,00	0,00%
Autônomo	11.495,82	0,19%	11.495,82	0,19%	0,00	0,00%
INSS - Outras Receitas	30,48	0,00%	30,48	0,00%	0,00	0,00%
OUTROS	155.514,72	2,63%	118.322,54	2,00%	-37.192,18	-0,63%
FGTS	118.322,54	2,00%	118.322,54	2,00%	0,00	0,00%
Outros (Salário Educação, Sistema S, PIS-Folha e PASEP)	37.192,18	0,63%	0	0,00%	-37.192,18	-0,63%
TOTAL	482.003,11	8,16%	403.263,25	6,83%	-78.739,86	-1,33%

FIGURA 22 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em R\$ Milhões

Valores de 2015



TRIBUTOS	ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		
	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$ BRUTO (SEM DRU)	R\$	R\$
TRIBUTOS SOBRE A RENDA	32.865,76	113.494,89	80.629,13
Contribuição Social sobre Altas Rendas da Pessoa Física - CSPF	0	28.174,99	28.174,99
Contribuição sobre Concursos e Prognósticos	5.422,13	5.422,13	0,00
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Lucro Real	27.443,63	79.897,77	52.454,14
TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO	194.740,52	128.223,73	-66.516,79
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Lucro Presumido	11.501,14	0	-11.501,14
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	133.205,14	0	-133.205,14
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	27.877,59	0	-27.877,59
Contribuição Social sobre o Valor Adicionado - CVA (federal)	0	124.263,82	124.263,82
Outras Contribuições previdenciárias (faturamento, rural, clubes)	22.156,65	3.959,91	-18.196,74
TRIBUTOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTOS	333.642,59	292.094,91	-41.547,68
Empregador	218.590,04	177.042,36	-41.547,68
Empregado	96.372,05	96.372,05	0,00
Autônomo	11.495,82	11.495,82	0,00
INSS - Outras Receitas	7.184,68	7.184,68	0,00
TRIBUTOS SOBRE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS	5,25	30.699,79	30.694,54
Contribuição Social sobre Movimentação Financeira - CSMF	5,25	30.699,79	30.694,54
TOTAL	561.254,12	564.513,32	3.259,20

FIGURA 23 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em % do PIB

Valores de 2015 e estimados

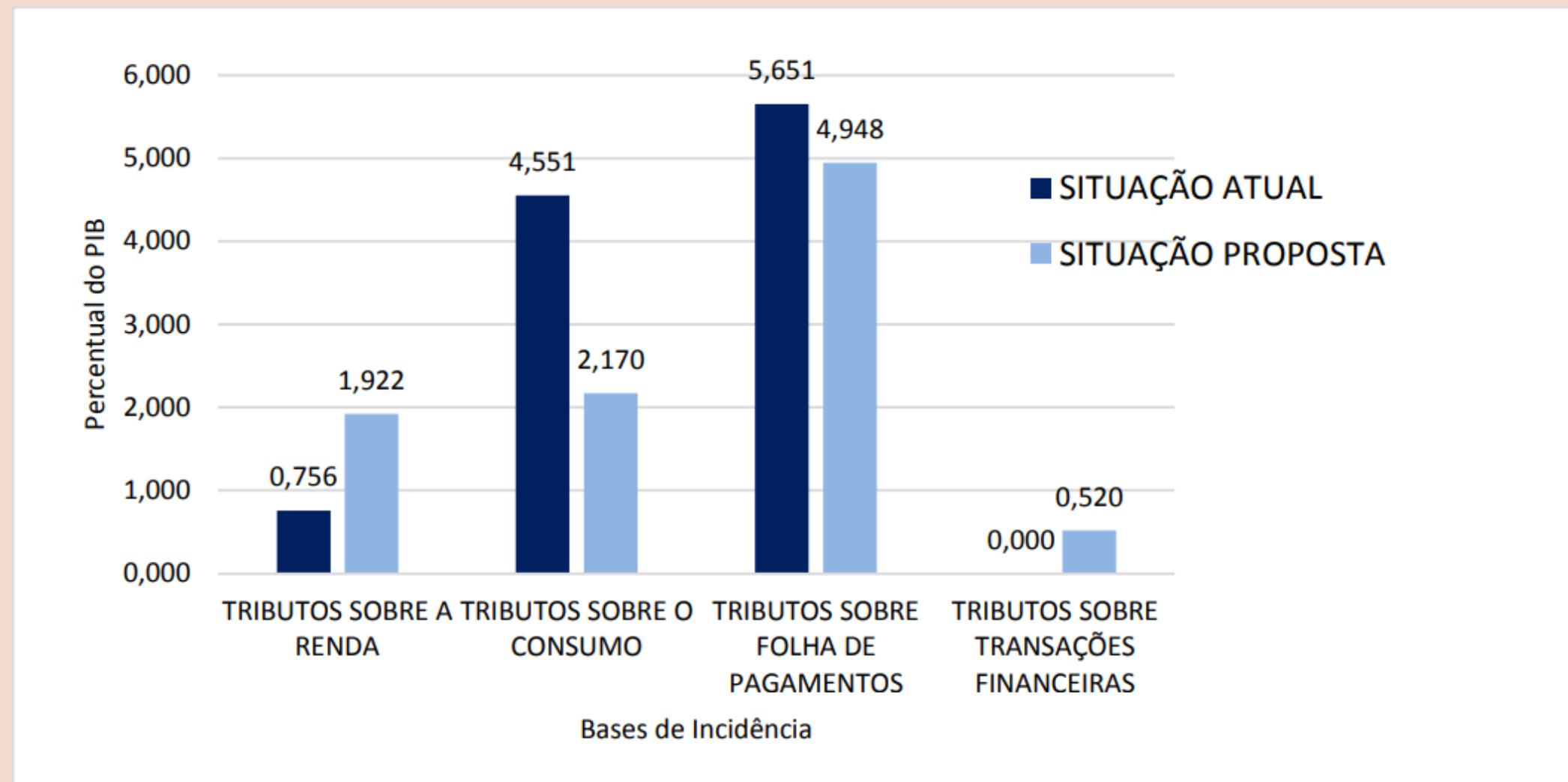


FIGURA 24 – EQUILÍBRIO FEDERATIVO SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA

Em % do PIB e da Carga Tributária Bruta (CTB)

Valores de 2015 e estimados

ENTE	SITUAÇÃO ATUAL			PROPOSTA			DIFERENÇA		
	UNIÃO	ESTADOS	MUNICIPIOS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICIPIOS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
% PIB	18,83	8,22	5,61	18,74	8,80	5,91	-0,09	0,58	0,30
% CTB	57,65	25,17	17,18	56,03	26,31	17,66	-1,63	1,14	0,49

FIGURA 26 – INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB, CONSIDERANDO-SE O IPVA COMO TRIBUTOS QUE INCIDE SOBRE O CONSUMO.

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE.

Valores de 2015 e % do PIB

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL		PROPOSTA		OCDE
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	% PIB
Renda	352.305,41	5,97	614.349,47	10,27	11,50
Patrimônio	49.439,75	0,84	121.392,44	2,06	1,90
Consumo	994.180,91	16,84	749.626,35	12,93	10,90
Outros	532.256,79	9,02	516.393,09	8,20	9,70
TOTAL	1.928.182,86	32,66	2.049.747,02	33,46	34,00

FIGURA 27 – INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE.

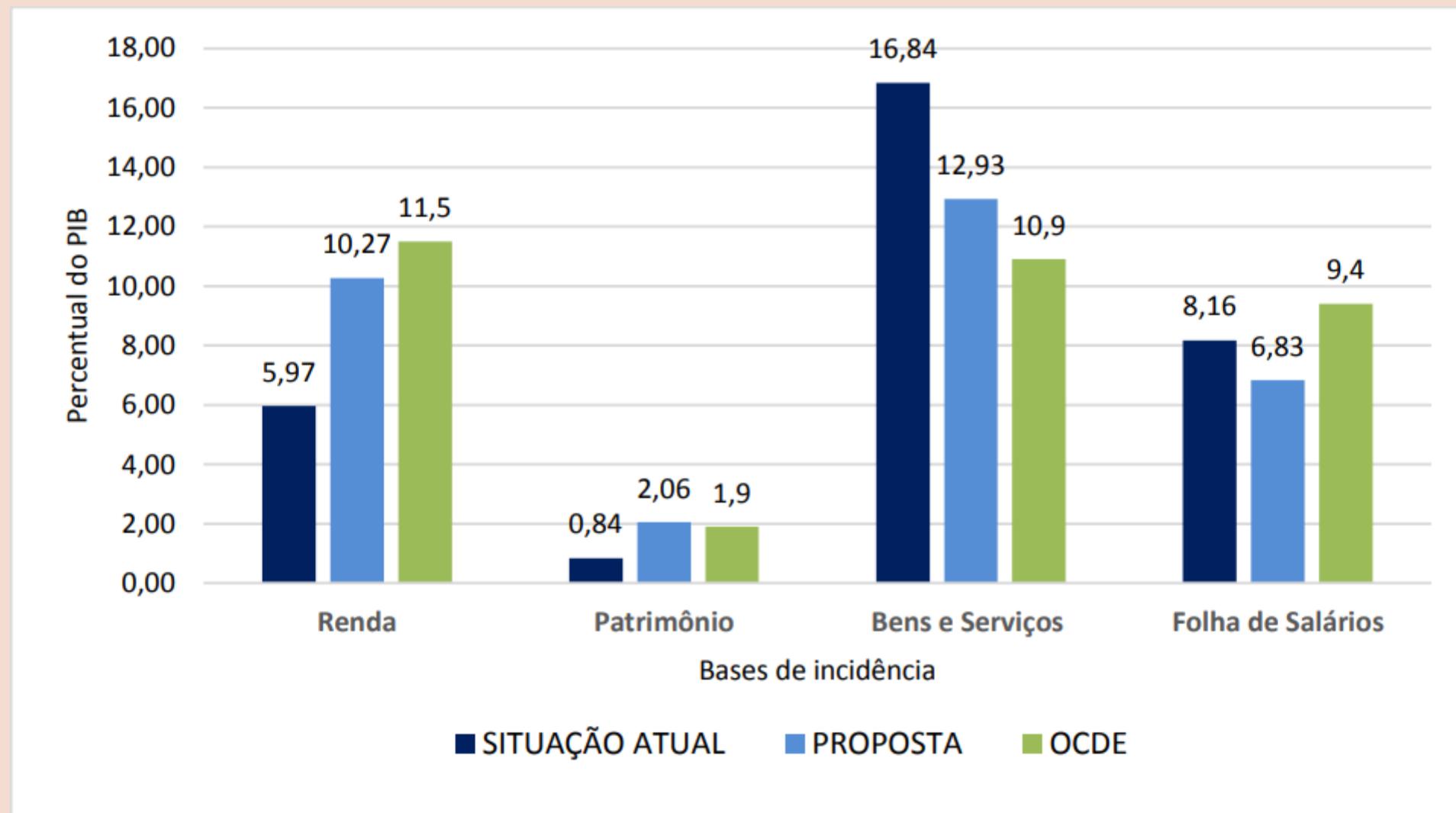
Valores de 2015

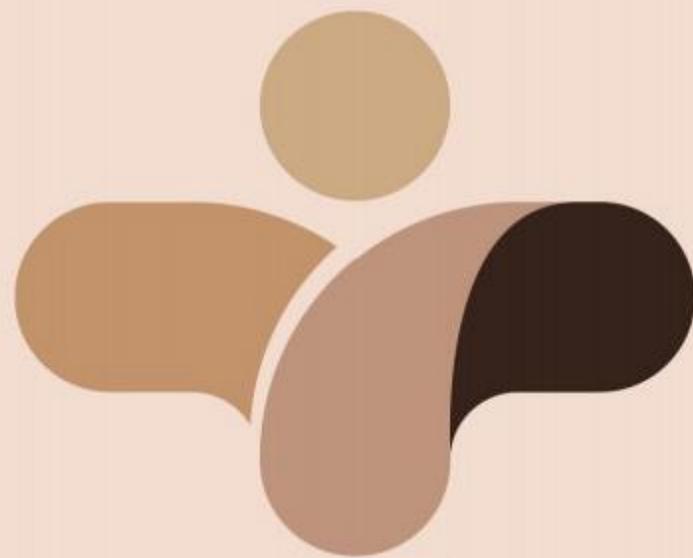
BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL		PROPOSTA		OCDE
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	% PIB
Renda	352.305,41	5,97	606.084,14	10,27	11,50
Patrimônio	85.696,86	1,45	158.699,55	2,69	1,90
Consumo	957.923,80	16,23	712.319,24	12,30	10,90
Outros	532.256,79	9,02	468.644,09	8,20	9,70
TOTAL	1.928.182,86	32,66	1.945.747,03	33,46	34,00

FIGURA 25 – INCIDÊNCIA DA TRIBUTAÇÃO EM % DO PIB

Comparativo da situação atual, situação proposta e média da OCDE.

Valores de 2015





MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

